2. Gênero e Instituição Militar

2.1. O Exército Brasileiro: a organização do Estado e as diferenças sociais e culturais

As transformações nas formas de organização do Exército Brasileiro (EB) revelam padrões distintos de lide com o gênero, que se relacionam estreitamente com a evolução da arte da guerra e com os diferentes modelos de atuação e de burocracia militar que foram estruturados ao longo do tempo.

Os modelos de gênero do EB se transformaram, sobretudo, sob o influxo da democratização do acesso à carreira militar, o que se constata na passagem de um Exército estamental a um Exército de recrutamento democrático, sob a égide do Estado-Nação, mas ainda exclusivamente masculino, atuando no âmbito do combate convencional, até atingir, no final do século XX, a situação de um Exército plural, que aceita as diferenças sociais e culturais, permitindo a inserção de mulheres e homossexuais, no contexto de novas hipóteses de emprego que ultrapassam a guerra de segunda e terceira geração.

Neste sentido, torna-se pertinente realizar aqui uma reconstrução analítica da história do Exército, sem pretensões de uma reconstituição histórica, com o intuito de analisar sucintamente o processo de democratização gradual do acesso à carreira militar, que culmina com a inserção das mulheres.

Em primeiro lugar, convém ressaltar o fato de que as transformações na organização do Estado brasileiro foram um fator de considerável influência no modo de organização da Força Terrestre. Nesse sentido, nas fases em que predominava a descentralização política e administrativa, estabelecia-se uma forma de organização militar que se apoiava no poder local dos proprietários de terra.

Com efeito, o Exército a serviço do Estado Nação¹, como instância central de comando e controle, o chamado Exército moderno², foi uma invenção recente

¹A esse respeito, ver: ANDERSON, B. **As promessas do Estado-Nação para o início do século**. In: HELLER, A. **A CRISE DOS PARADIGMAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS E OS DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p.156-159.

no País, estruturada a partir da derrota de tendências centrífugas voltadas para a hipertrofia das elites fundiárias das províncias e municipalidades em favor de um corpo de soldados profissionais, preparado por meio de uma escolarização formal e intensiva, que visava garantir padrões mais rígidos de obediência à hierarquia e ao comando, ou seja, por meio da instauração de hábitos através da disciplina, em que se minora a explosão emocional própria da ação individual, que havia sido a tônica da organização militar do tipo feudal, baseada em guerreiros leais a um suserano, dentre outros:

O conteúdo da disciplina é apenas a execução da ordem recebida coerentemente racionalizada, metodicamente treinada e exata, na qual toda a crítica pessoal é incondicionalmente eliminada e o agente se torna um mecanismo preparado exclusivamente para a realização da ordem.³

Essa tendência de sustentação, pela força, de um poder centralizado, fez-se acompanhar do surgimento da disciplina, devido à necessidade de colocar em ação uma massa considerável de homens, a fim de otimizar o poder do ataque físico e psíquico por meio de uma orquestração regulada de movimentos, que se impôs somente quando uma força militar é suficientemente numerosa. Do mesmo modo,

(...) um enfraquecimento da disciplina acompanha habitualmente qualquer tipo de estrutura militar descentralizada, seja do tipo prebendário ou feudal. Esse enfraquecimento da disciplina pode variar de grau. O bem treinado espartano (...) os feudos semiprebendários, os turcos, e finalmente os feudos da Idade Média japonesa e ocidental – são todas fases da descentralização econômica, marchando habitualmente lado a lado com o enfraquecimento da disciplina e a importância crescente do heroísmo individual.⁴

O exército moderno caracteriza-se ainda pela acentuada diferenciação social e cultural em relação à sociedade, firmando-se sobre um padrão cultural masculino e branco, no que tange os quadros do oficialato. Além disso, o mesmo não exige que os militares saibam lidar com diferenças sociais, culturais, raciais ou de gênero, uma vez que realiza uma atividade militar estanque, que se

²A Modernidade pode ser descrita como um modo de organização social que surgiu no Ocidente a partir do século V indo até o XIV, caracterizada pelo Estado nacional como instância provedora de serviços e controle, de um poder militar permanente, de uma legislação única e em um sistema tributário unificado. A partir do século XVIII, a modernidade se expressou através de um modo de organização política fundado em um contrato social, direitos naturais e mecanismos de distribuição de poder.

³ WEBER, M. **As origens da disciplina**. In: ENSAIOS DE SOCIOLOGIA. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 177.

⁴ Ibid., p. 177.

desenrola somente em um universo estritamente militar, das organizações militares ou do teatro de operações, com pouco contato com civis ou com militares de outros exércitos, atuando sob a égide de parâmetros táticos e estratégicos da guerra convencional.

Dessa forma, no Brasil, o chamado Exército moderno ultrapassou, ao longo do século XIX, uma forma de organização elitista e estamental de um grupo de notáveis, apoiada em um oficialato de origem aristocrática, no sentido de estabelecer um modelo militar baseado na conscrição universal, acesso democrático e progressão racional-legal, por antiguidade e por mérito, à carreira, regulados por um complexo aparato legal.⁵

No Brasil, o exército moderno se desenvolveu ao longo do século XIX, impulsionado pelos movimentos emancipatórios da Independência (1822), rebeliões provinciais e, principalmente, pela Guerra do Paraguai (1865-1870).

No início do Período Colonial (1500-1822), o Exército brasileiro não existia como tal, consistindo em iniciativas isoladas de defesa e segurança em torno a atividades econômicas, as feitorias, que eram fortificações comandadas pelo concessionário das terras, que realizavam também as atividades administrativas e militares.

Após as feitorias, foram estabelecidas as capitanias hereditárias que trouxeram implicações às relações entre civis e militares no que concerne às ações de defesa. Ao donatário, que recebia a concessão de terras, era outorgado o título de Governador e Capitão-Mor, enquanto os colonos que se estabeleciam em suas terras eram obrigados a prestar serviços de natureza feudal, inclusive o tributo de sangue, que consistia em atividades de defesa e segurança.

Devido à precariedade destas ações de Defesa, a cargo exclusivamente do poder privado, que se impunha em face dos ataques de índios e de nações estrangeiras, foi enviado, em 1548, um representante real, responsável pelas fortificações, que recebeu o título de Governador e Capitão Geral, combinando responsabilidades administrativas e militares, o que se refletia nos postos militares

⁵O Regulamento Interno dos Serviços Gerais (RISG) e o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), dentre outros.

em geral, que constituíram designações e funções administrativas, tais como capitão-mor, capitão-geral e comandante de armas. As principais atribuições de defesa e segurança foram discriminadas no Regimento do Governador Geral (1548), que funcionava simultaneamente como uma carta política e diretriz militar, determinando ordens de subjugação de tribos rebeldes, construção de fortalezas e normas de recrutamento e serviço militar.

Esse aspecto evidencia o quanto a administração do País apresentava características essencialmente militares, constituindo-se como um corpo originário das ordenações afonsinas⁶. Dessa forma, as provisões militares de regulamentação estabeleceram as ordenanças, que compuseram um conjunto de disposições locais associadas ao governo municipal, incorporando o tributo de sangue, o que incluía homens dos 18 aos 60 anos, estabelecendo-se um processo de administração das atividades militares controlado pelos capitães-mores e outros “homens bons”, que eram oriundos da nobreza fundiária, que detinha grandes extensões de terra.

Além das ordenanças, que foram introduzidas com o Governo Geral, existiam também as milícias, que executavam o serviço de guarda das cidades, utilizando a conscrição e o serviço em tempo integral, funcionando sob o controle dos governadores gerais.

Além disso, em 1548, foi introduzido o exército regular, que atuava sobretudo nas cidades, a serviço do Rei, sobrepondo-se às ordenanças e às milícias, como elemento aglutinador eventual, pois o que predominava ainda eram as unidades locais dispersas, desconectadas entre si, com características e composição distintas. As unidades de ordenanças eram consideradas, nessa forma de organização militar, como forças auxiliares do Exército regular.

Desse modo, a organização militar da Colônia apresentava uma estrutura diversificada e pouco coesa, em que coexistiam sem uma instância aglutinadora, justapondo um exército profissional a serviço da Coroa, formas locais, privadas, não estatais e de gerenciamento da Defesa, o que evidenciava um padrão de

⁶Ordenações afonsinas, ou Código Afonsino, são uma das primeiras coletâneas de leis da era moderna, promulgadas durante o Reinado de Dom Afonso V, esclarecendo aspectos relativos à aplicação do direito canônico e romano no Reino de Portugal. Sua aplicação não foi uniforme em Portugal, vigorando até a promulgação das suas sucessoras, as Ordenações Manuelinas.

estruturação da Força Terrestre, que só foi transformada gradualmente ao longo do século XIX com o desenvolvimento de um exército moderno:

(...) as regulares, tropas vindas do Reino, como aquelas que acompanharam Tomé de Sousa e outros governadores-gerais (...) o semi-regular, constituído pelas forças dos Serviços de Ordenanças (...) mas irregulares do ponto de vista de que não eram compostas de soldados, mas de moradores, povoadores, sesmeiros, que deixavam os seus trabalhos para acudir às necessidades militares, quando se apresentava a necessidade (...) e irregulares, aquelas que se organizavam à base da iniciativa de povoadores, moradores ou colonizadores, à margem da legislação e, portanto, da vontade das autoridades metropolitanas ou locais, para atender à necessidade dos próprios interessados, do tipo da bandeira. (SODRÉ, 1979, p. 24).

Este padrão de organização militar não foi alterado significativamente nem com a luta contra o holandês (século XVII), uma vez que o poder metropolitano jamais proporcionou à resistência os recursos necessários à luta, nem contra o português, mesmo após a restauração da autonomia, pois apresentou uma atitude de cumplicidade estabelecida com os holandeses, só rompendo com esta aliança na fase final, quando as forças locais haviam alcançado vitórias decisivas.

Ao longo do Período Colonial, as milícias tornam-se a forma predominante de organização militar, isto é, a partir do final do século XVII e início do século XVIII, devido à urbanização desencadeada pelo início do ciclo da Mineração, o que ampliou progressivamente os poderes e as atribuições militares dos capitães gerais. A expansão das milícias foi realizada no sentido de cooptar a elite local por meio de regimentos especiais da nobreza e dos privilegiados, o que lhes proporcionou foros de nobreza e privilégios legais especiais.

No final do Período Colonial, constata-se a tendência, nas tropas, do monopólio das patentes do oficialato pelos portugueses, o que gerava conflitos no interior da corporação militar e a atitude generalizada de ojeriza e descrédito da Força Terrestre por parte da população civil.

Durante o Primeiro Reinado (1822-1831), houve diversas tentativas, não muito bem-sucedidas, no sentido da centralização do monopólio da força, visando a se contrapor à influência da oligarquia e dos setores médios nas organizações militares, que tinham sido reforçados até então sob o influxo do prebendalismo público, em que a gratificação e as tarefas públicas eram atribuídas ao detentor de um cargo concebido como dono de um direito pessoal.

Para tal, em 1822, D. Pedro criou uma Guarda Cívica, que se extinguiu duas semanas depois, não ficando claro se pretendiam com ela absorver as antigas ordenanças e milícias, subordinando-as a um exército regular. No lugar dela, vingou a contratação de militares mercenários para preencher os claros do exército regular. Nesse sentido, D. Pedro teve que enfrentar as concepções antimilitaristas do corpo legislativo que, sob a influência liberal, e dos interesses locais, considerava o exército profissional como uma ameaça à liberdade e ao bem-estar das elites políticas e do povo.

Ao contrário do exército nacional, era o modelo da milícia regional, sob o controle dos capitães gerais, herdada do Período Colonial, o modo adequado de organização militar para a elite dirigente, fato que dificultou, ao longo do século XIX, a estruturação de um exército moderno, e forçosamente tributário, a um processo gradual de centralização política e administrativa do Estado brasileiro, que se desenrolou somente a partir de 1840, com a Lei de Interpretação.

Em razão desses obstáculos, não houve alteração significativa durante o Primeiro Reinado, nem na composição, nem na forma de emprego dos militares, constituído de milicianos, patriotas e voluntários sem definições sociais, ou de marginais à sociedade escravocrata, que mantinham padrões mínimos de treinamento militar e à custa de um sistema disciplinar extremamente rígido. O problema da precariedade dos padrões disciplinares e técnicos da atividade militar não foi resolvido imediatamente por medidas pontuais, como a criação de uma unidade militar modelo, de mercenários — o Batalhão dos Estrangeiros — ou pela criação do Batalhão do Imperador, criados em 1823, ou pelo Decreto de 1824, que estabeleceu que os corpos de tropa do Exército deveriam apresentar uma organização mais uniforme no emprego da força e nos efetivos.

De fato, o Primeiro Reinado manteve as linhas mestras da organização militar do Período Colonial, criando instituições administrativas profundamente centralizadoras, mas que, ao mesmo tempo, limitavam o nível de influência do governo central sobre a Força Terrestre:

O exército destinava-se a defender as fronteiras e nelas estacionar; as milícias incumbiam-se de manter a ordem pública nas comarcas, dentro de cujos limites permaneceriam, sendo eletivos e temporários os seus oficiais, à exceção de majores e ajudantes; as guardas policiais eram encarregadas de fornecer a segurança dos indivíduos, perseguindo e prendendo os criminosos. Só em casos de rebelião ou invasão estrangeira poderia o governo desviar tais tropas de seu mister privativo, submetendo ao exame da Assembléia Geral, porém, as circunstâncias determinantes. (SODRÉ, 1979, p. 89).

No Período Regencial (1830-1840), sob a influência liberal e antimilitarista, persistiram os problemas da falta de profissionalismo e de uma socialização militar castrense adequada no corpo de tropa e na Academia Militar, sendo dissolvidos os batalhões mercenários e reduzidos os recursos orçamentários para as Forças Armadas.

A persistência das formas privatistas de organização militar, vinculadas ao poder local, da elite fundiária e das municipalidades, intensificou-se no Período Regencial devido ao processo de descentralização política e administrativa desencadeada pelo Ato Adicional de 1831, que atribuiu poderes mais amplos aos presidentes das províncias, que passaram a ter uma maior ascendência sobre os governos municipais. Nesse sentido, o sistema transformou cada presidente de província em um caudilho, atribuindo-se amplas prerrogativas às forças militares sediadas em suas províncias, neutralizando-se as forças do Exército enquanto as elites locais influenciavam nas promoções de oficiais do Exército que serviam em unidades sediadas nas províncias.

O resultado do triunfo irrestrito de organização militar privatista foi a criação da Guarda Nacional em 18 de agosto de 1831, vista pela elite dirigente como uma proteção ao Trono brasileiro, em oposição a um Exército ainda identificado com D. Pedro I, como uma fonte de perturbações e insubordinações ante os poderes constituídos. Em contrapartida, a Guarda Nacional era percebida como uma incorporação da própria Nação e da própria ordem legal, ensejando a extinção das ordenanças e milícias.

Na verdade, a Guarda Nacional se vinculava a outro polo do poder político brasileiro, o potentado local, que consistia nos senhores de terras e escravos, influente no aparato estatal, “forjando o instrumento militar de que necessitava, e empreendendo a neutralização das forças armadas regulares, que seriam relegadas a segundo plano, as de terra, particularmente.” (SODRÉ, 1979, p. 117).

A Guarda Nacional se relacionava de modo particular com a dinâmica de centralização e descentralização política, própria do Estado brasileiro, que se impôs ao longo do século XIX, na medida em que inseriu a elite política em seus quadros de oficiais e submeteu-se à supervisão por agências do governo central, sendo uma corporação administrada a nível local, em que o preenchimento de cargos de oficiais devia ser realizado por indicação dos potentados rurais. Desse modo, os aristocratas rurais que serviam na Guarda Nacional continuaram a gozar de foros militares e da proteção legal oficial, usando uniformes e participando de paradas, sendo-lhes dada a precedência sobre o Exército em cerimônias públicas, além de prioridade no recebimento de recursos.⁷

A Guarda Nacional fornecia destacamentos para fora dos municípios, em defesa das praças, costas e fronteiras, em escoltas de remessa de dinheiro, condução de presos, socorro aos municípios conflagrados em caso de incursão de malfeitores, atuando como força auxiliar do Exército.

A criação e fortalecimento da Guarda Nacional contribuíram para o enfraquecimento material e político do Exército, que não possuía condições de garantir o recebimento regular de soldos e suprimentos, e que, ao contrário da Guarda Nacional, não possuía alistamento obrigatório, sendo percebido o serviço militar como castigo e desdouro a ser evitado pelos indivíduos oriundos dos estratos sociais superiores.

A reversão gradual das tendências centrífugas da organização política brasileira contribuiu para a estruturação de um exército moderno, detentor do monopólio do uso da força, que solapou as formas privatistas de organização militar, vinculadas aos potentados locais, herdadas do Período Colonial.

No Brasil, o início da constituição do exército moderno ocorreu com as rebeliões deflagradas durante o Período Regencial, quando o então Major Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, com base no aproveitamento de

⁷ “Não é preciso demorado exame para verificar como, em todos os seus detalhes, a Guarda Nacional representava uma criação específica do regime dominado pela classe senhorial. Sua subordinação às Câmaras Municipais, aos juízes de paz, às listas eleitorais, denunciam características nítidas de classe, uma vez que tais elementos eram representantes diretos dos senhores de terras. Ao lado das forças de linha, assim, criava-se um instrumento militar específico dos grandes proprietários, destinado, pela confiança que merecia deles, a neutralizar, em qualquer eventualidade, as tendências da tropa regular.” (SODRÉ, 1979, p. 120)

forças da Guarda Nacional, desencadeou uma reorganização do exército profissional, que foi reduzido a um efetivo de 400 oficiais para compor o Batalhão Sagrado.

Esta medida foi associada, em 1850, à incorporação da Guarda Nacional ao poder central, de quem passam a depender o comandante e a oficialidade, bem como a organização do alistamento, passando o poder central a enfeixar em suas mãos a polícia e a guarda cívica, o que fora provocado “por uma profunda mudança do particularismo do patrimonialismo para o universalismo da autoridade burocrática racional.” (Hayes, 1991, p. 59).

Por esta razão, em 1873, a Guarda Nacional foi proibida por lei de executar funções administrativas, tornando-se uma atividade recreativa e de socialização das elites dirigentes, enquanto o Exército se fortalecia com a promulgação da Lei de conscrição universal em 1874.

O exército nacional moderno robustecia-se gradualmente, aperfeiçoando a preparação profissional do oficialato por meio de sucessivas reformas de ensino, que culminaram na criação de uma escola apartada da formação civil dos engenheiros, a chamada Escola de Aplicação, criada em 1855, e da escola de formação pessoal de Cavalaria e Infantaria, criada em 1859. Paralelamente, constata-se a tendência gradual de intensificação de disciplinas da área profissional e a inserção de dispositivos próprios da vida na caserna nas escolas militares, durante todo o século XIX, com movimentos de recuo e avanço até o triunfo do modelo do soldado profissional, “tarimbeiro”, após 1920.

Outro aspecto próprio do Exército moderno que se difundiu também foi a instauração de dispositivos legais que garantissem a racionalização dos mecanismos de progressão da carreira militar, o que foi sendo concretizado gradualmente ao longo do século XIX, uma vez que a maior parte dos militares eram oriundos dos estratos médios ou imigrantes, além dos praças, que eram provenientes do corpo de tropa e podiam atingir o oficialato na Infantaria e na Cavalaria. A normatização legal da carreira militar também favoreceu a instauração de um exército profissional, quando as promoções nos quadros de oficiais passaram a ser feitas por antiguidade e merecimento, sendo controladas

por comissões de promoção que foram gradualmente substituindo os presidentes das províncias.

A democratização do acesso à carreira militar se manifestou no oficialato, que se distanciou gradualmente das origens aristocráticas, servindo o sistema de cadetes somente para promover a existência de tradicionais famílias militares, como os Menna Barreto, inaugurando um fator favorável ao caráter endógeno da carreira militar, e que ainda perdura atualmente, no sentido da constituição de uma mística, de uma identidade própria e de um sentimento cívico de diferença dos militares em relação aos civis.

Estes aspectos foram catalisados após a Guerra do Paraguai (1865-1870), que serviu como um divisor de águas na estruturação de um exército moderno, favorecendo o declínio definitivo da Guarda Nacional, que foi incapaz de atender às demandas de um conflito armado de grandes proporções, em termos de logística e adestramento militar.

Durante a Guerra, as transformações do Exército foram graduais, impondo-se, a princípio, as formas de organização militar caudilhescas, baseadas na lealdade pessoal, vivendo do terreno, sem a cauda logística, à semelhança das rebeliões platinas do Período Regencial:

(...) quando a guerra chegou a um impasse em torno de Humaitá, ficando claro que a derrota de Humaitá requeria esforço concentrado e organizado, foi que se passou a uma organização mais profissional do exército. Isso ocorreu basicamente a partir do comando de Caxias, em 1867, isto é, decorrido um ano e meio de hostilidade (...) Caxias gastou grande parte do tempo, no início de seu comando, buscando organizar o exército brasileiro, dando-lhe melhores condições de combate, administração mais eficaz e restaurando a disciplina. Além de cuidar do abastecimento de armas e munições, garantir o fornecimento de reforços, homogeneizar o fardamento e adequá-lo às estações do ano, ele ainda buscou melhorar as condições de higiene e de saúde do acampamento (SALLES, 1990, p. 123).

Para tal, foi criado o corpo de Voluntários da Pátria (1865), estruturado a partir da predominância dos estratos médios, vinculados às atividades burocráticas e profissões liberais, embora tenha permitido a ascensão das camadas populares:

Ora, a necessidade quase súbita de criar um instrumento militar forte, para operar distante de suas bases nacionais, contra o inimigo que lutava em seu próprio território, numa guerra de longa duração – e nessa longa duração estava o imprevisto do problema – imporia novas medidas: uma atenção mais próxima, continuada e persistência para com esse instrumento militar, concessões de

honras e regalias aos seus membros, ampliação do sistema de recrutamento, fomentando o voluntariado, inclusive com a largueza das alforrias ao escravo alistado. No decorrer da campanha, homens da classe média, e mesmo, em casos excepcionais, de camadas inferiores, galgam o oficialato. Rompe-se a linha de cor, e o rótulo da pele deixa de se constituir em impedimento à ascensão na hierarquia militar (...) por outro lado, o recrutamento se choca com o trabalho escravo, debilita-o, mesmo através de medidas legais, provoca alforrias e fugas numerosas.” (SODRÉ, 1979, p. 141).

A conscrição em massa de soldados no corpo dos voluntários da Pátria, assim como a incorporação dos efetivos da Guarda Nacional, para fazer frente ao conflito favoreceu, no âmbito do exército brasileiro, pela primeira vez, em grande escala, a lide dos militares com as diferenças culturais, pois aproximou, no teatro de operações, indivíduos oriundos das diversas regiões brasileiras relativamente isoladas, devido à precariedade dos transportes e meios de comunicação. Esse aspecto foi também favorecido por meio da inserção de ameríndios e negros na corporação militar.

Esse aspecto sincrético foi típico do exército brasileiro, que era a contrapartida de uma sociedade mestiça, o que aproxima mais o exército brasileiro do *ethos* do Exército contemporâneo, centrado no pluralismo cultural e na lide com as diferenças sociais e culturais, em que pese o fato do oficialato ser predominantemente branco, como é até hoje.⁸

Após a Guerra do Paraguai, o Exército estava relativamente organizado, normatizado e não poderia mais ser reconduzido a um papel secundário na vida política e cultural do País, o que se contrapunha, no imaginário do oficialato, a “uma classe dirigente, civil, acostumada à gestão clientelística da coisa pública, muitas vezes corrupta, indolente e incapaz de organizar e conduzir um exército que fosse a expressão máxima da independência e dignidade nacionais.” (Salles, 1990, p. 108.).

No Segundo Reinado, a cisão dos militares com a elite política foi considerável, sendo, de resto, amalgamada em valores e referências culturais hauridas das escolas de Medicina e Direito frequentadas por indivíduos oriundos

⁸Na sociedade contemporânea, reconhece-se a existência das diferenças étnicas, sexuais, religiosas e de gênero, resultando, no caso das Forças Armadas, em um tipo de atuação militar que enfatiza as habilidades de negociação e lide com as diferenças sociais e culturais na própria corporação militar, com outras forças militares e auxiliares e com a população civil. A esse respeito, ver: MOSKOS, C. C.; WILLIAMS, J. A.; SEGAL, D. R. **The Postmodern military: armed forces after the Cold War.** Oxford: Oxford University press, 2000, p. 273-275.

da elite fundiária. Os militares se distinguiam deles, pois pertenciam aos estratos médios e compartilhavam uma formação centrada nas matemáticas e na Engenharia, enquanto aqueles se baseavam em uma formação intelectual ainda marcada pelas humanidades e pelo legado jesuítico, de um corpus aristotélico.

Esta formação intelectual moderna foi a marca distintiva dos currículos militares desde a criação da Academia Real Militar, em 1810, que representou a inserção da modernidade no contexto de uma sociedade tradicional, marcada pelas relações de escravatura e servidão, com escasso fator tecnológico, como a contrapartida de um ensino elitista, humanístico, medieval:

No Brasil, a Escola militar também foi a instituição a desenvolver características ‘modernas’ no seio de uma sociedade predominantemente tradicional – rural, patriarcal e hierarquizada –, e que assim permaneceria até bem depois de instituída a República. Dentre estas características, duas se destacam: a supervalorização do princípio do mérito e a predominância, entre os alunos, de uma mentalidade ‘cientificista’.⁹

O currículo cientificista, porque centrado nas matemáticas, devia-se à convicção em uma concepção racionalista da guerra, tipicamente iluminista, que perdurou durante parte do século XIX, que considerava que, ‘‘a arte da guerra é atualmente resultado de combinações científicas, de cálculos profundos formados sobre os mais transcendentos princípios da matemática.’’¹⁰

Essas diferenças culturais, oriundas em parte, de diferenças educacionais, refletiram-se na atuação política dos militares, gerando os fatores que despontaram a chamada Questão Militar, o que auxiliou a derrubada da Monarquia no País:

O governo imperial foi profundamente civil e os políticos se orgulharam em apontar as vantagens do sistema brasileiro sobre os governos militares das repúblicas vizinhas. A convicção da legitimidade do governo civil era tão forte que se tornou um obstáculo à percepção da seriedade da ameaça representada pela oposição militar ao final do Império. Após a Guerra do Paraguai, começou a formar-se uma contra elite militar, com características distintas da elite civil, tanto em termos sociais como ideológicos. Mas ela permaneceu marginal até o fim. Seu estudo tem interesse pelo que nos diz sobre as razões da cisão entre a burocracia civil e a militar e sobre a incapacidade das elites políticas e do sistema

⁹ CASTRO, Celso. **Os militares e a república**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: 1995, p. 43.

¹⁰ MOTTA, Jeovah. **Formação do oficial do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Companhia das artes gráficas, 1976, p. 61.

político por elas criado de absorver o tipo de demanda e de liderança que despontava nas fileiras militares. (CARVALHO, 2003, p. 55).¹¹

A oposição entre militares não era somente com a elite política, mas com a sociedade brasileira, que não reconhecia o valor militar experimentado nos campos de batalha e o sacrifício dos militares pelo País, já que a guerra nunca foi popular, mantendo-se aí uma linha de fratura entre a instituição militar e o povo brasileiro, que já existia desde o início da estruturação do Exército, com a Independência:

Nos anos anteriores ao advento de República havia se arraigado no espírito de muitos, a falsa idéia de que a democracia verdadeira e a fraternidade real entre os povos, deviam fundamentar-se no esquecimento e até na maldição de certos fatos do passado. Dai o estado de alma da geração militar a que pertenci e do meio que preparava. Neste ambiente havia um temor de falar em guerras na presença dos moços. Estes não tinham para com quebrados pela velhice e com fardas rebrilhantes de condecorações, o respeito e a estima que mereciam, como dignos e leais servidores da Pátria comum. (FRAGOSO, 1922, p. 75)

A partir deste ostracismo considerado imerecido, que se prolongou na sequência, de um grupo profissional com um nível significativo de preparação profissional, manifestou-se entre os militares uma vocação messiânica, que favoreceu a interferência frequente do Exército na vida política nacional, desde a Proclamação da República (1889). A visão messiânica, em seus numerosos matizes, defendeu a missão de um estamento qualificado - os militares - na compreensão profunda da nacionalidade, da política e da história, apta, portanto, a gerir os destinos do povo, ocupando o Estado, sem necessariamente passar pelos mecanismos da representação política, através da ação de uma vanguarda de esclarecidos e puros que, em variados matizes ideológicos, defendia a república como instância de promoção do progresso e da liberdade:

Se a República dos deodoristas resumia-se à salvação do Exército, a república da vertente Benjamin Constant queria a salvação da pátria. Ela absorvia do positivismo uma visão integrada da história, uma interpretação do passado e do presente e uma projeção do futuro. Incorporava, ainda, uma vocação messiânica, a convicção do papel missionário que cabia aos positivistas, tanto militares como civis. A história tinha suas leis, seu movimento predeterminado em fases bem definidas, mas a ação humana, especialmente a dos grandes homens, poderia apressar a marcha evolutiva da humanidade. Essa marcha, no caso brasileiro, passava pelo estabelecimento de uma república que garantisse a ordem material, entendida como incorporação do proletariado à sociedade, e a liberdade

¹¹CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 55.

espiritual, isto é, a quebra dos monopólios da Igreja e do Estado sobre a educação, a religião, a ciência.”¹²

Em síntese, a vocação messiânica do Exército em relação à sociedade brasileira devia-se aos seguintes aspectos: a preparação intelectual dos oficiais, seu sentimento de ostracismo, e a defesa de uma concepção científicista, haurida do positivismo conteano, que considerava que cabia a uma elite tecnocrática a condução da política, que tinha que possuir uma formação científica, que era estranha aos bacharéis de Direito que predominavam na elite política:

Não é difícil entender o interesse despertado pela doutrina positivista entre os alunos. Em primeiro lugar, pela importância que atribuía à matemática e às ciências. Em segundo lugar, pela oposição tenaz ao espírito legista encarnado idealmente pelos bacharéis em direito – característico do estágio metafísico a ser superado. Terceiro, pelo lugar de destaque reservado à nova elite científica, no estado positivo que se avizinhava.¹³

A vocação messiânica dos militares se manifestava no âmbito das reformas internas na instituição militar para que cumpra a sua missão civilizatória em relação à Nação.

A iniciativa dessa vanguarda esclarecida era o contrapeso e o paradoxo de um exército que se pretendia moderno e que se fazia moderno por meio de reformas sucessivas na organização militar e no sistema de ensino, desdobradas ao longo da primeira metade do século XX apesar deste protagonismo político, que afetava diretamente os padrões de adestramento militar na caserna e nas escolas militares.

O processo de estruturação de um Exército moderno se aprofundou ainda mais a partir de Afonso Pena (1906-1909), a reboque de uma tentativa de centralização política, da parte de um governo federal, quebrantado pelo pacto federativo que se estabelecera após a Proclamação da República. Nesse sentido, Afonso Pena se contrapôs ao poderio crescente de oligarcas paulistas, através da estruturação do Exército, visando a neutralizar e suplantar a iniciativa de modernização da polícia estadual, instaurada desde 1906, sob a orientação de

¹²CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, p. 42.

¹³CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1995, p. 67.

profissionais franceses, que haviam disponibilizado aos oligarcas do café um grupo armado apto a enfrentar com êxito as armas federais.

Para garantir a autoridade federal, Afonso Pena estabeleceu um projeto de modernização do Exército, nomeando o General Hermes da Fonseca, um oficial sem vínculos com interesses regionais, para o Ministério da Guerra, e que tentou implementar o serviço militar obrigatório, enfrentando uma reação negativa da opinião pública, devido à recordação dos horrores do recrutamento a laço, dos baixos salários, das punições degradantes e das instalações precárias, que haviam sido a tônica do serviço militar durante o século XIX.

Paralelamente, Hermes da Fonseca enviou jovens oficiais ao exército alemão. De retorno ao Brasil, os ex-estagiários, conhecidos como Jovens Turcos, desenvolveram intensa atividade de ensino e divulgação doutrinária: organizaram a revista *A Defesa Nacional* (1913); introduziram mudanças no ensino militar através da chamada Missão Indígena; e, estabeleceram novas regras de promoção, por meio da campanha pelo serviço militar obrigatório.

Após as inovações doutrinárias e educacionais dos Jovens Turcos, o Governo Brasileiro contratou a França para modernizar o Exército brasileiro, estabelecendo a chamada Missão Francesa (1920-1940).

As equipes comandadas pelos generais Maurice Gamelin (1920-1924), Frédéric Coffec (1925-1927), Joseph Spire (1927-1930), Charles Huntziger, dentre outros, orientadas pelo Estado-Maior do Exército francês, firmaram o recrutamento obrigatório, passando a instituição militar a dispor de contingentes de reservistas devidamente preparados. A corporação militar ganhou novas armas e equipamentos, inclusive aviões; o ensino militar foi completamente reformulado através da criação de escolas especializadas que superaram definitivamente as enraizadas tendências academicistas da formação profissional, introduzindo disciplinas de natureza técnica, indispensáveis para atuação na guerra convencional.

A Missão Francesa transformou o Exército brasileiro no sentido da constituição plena de um Exército moderno:

Militares franceses introduzem renovações na medicina e na veterinária; formam geógrafos e cartógrafos, unificando os trabalhos nessas especialidades; revelam a importância dos estudos demográficos e do planejamento da infraestrutura de transporte; desenvolvem o interesse pela química e pela metalurgia visando à produção de armamento e munição; introduzem os procedimentos estatísticos, sem os quais o serviço militar obrigatório seria inviável; organizam a aviação do Exército e orientam as primeiras regulamentações da aviação civil; ensinam os princípios administrativos modernos; e, interferem no envio de acadêmicos franceses fundamentais à criação da Universidade de São Paulo.¹⁴

A Missão Francesa alterou ainda as normas disciplinares herdadas do Período Colonial, incompatíveis com as noções de cidadania e nacionalidade, definindo a promoção hierárquica pelo reconhecimento do mérito. Do ponto de vista da organização administrativa e operacional, ela eliminou os pequenos destacamentos isolados, as unidades desconexas e estabeleceu grandes unidades em conformidade com os ensinamentos proporcionados pela 1ª Guerra Mundial (1914-1918). Os oficiais aprenderam a planejar e a comandar grandes manobras por meio de exercícios de emprego combinado de tropas, simulando operações de guerra.

Com a Missão Francesa, o Exército se tornou indiscutivelmente o principal instrumento de força a serviço do Estado, favorecendo o processo de centralização política, realizado durante a era Vargas (1930-1945).

Além disso, a Missão Francesa preparou um corpo qualificado de militares¹⁵, afeitos à vida na caserna e preparados tecnicamente para atuar na guerra convencional, ultrapassando os aspectos principais da corporação militar brasileira tal como era até o início do século XX: a ociosidade nos quartéis, as especulações filosóficas, o tratamento indigno de prisioneiros, a falta de unidade doutrinária, a disputa interna entre tarimbeiros (oficiais sem formação acadêmica) e doutores (formados na Escola Militar), as querelas entre germanófilos e francófilos, as relações paternas entre comandantes e comandados, as promoções por apadrinhamento político e as instalações precárias.

¹⁴ DOMINGOS, Manuel. Disponível em www.cedela.org.br Acesso em 06 Jun de 2014.

¹⁵ A maioria dos oficiais que se destacam na vida política brasileira desde a Primeira República (1889-1930), a despeito de suas opções político-ideológicas e da simpatia que manifestaram por modelos militares estrangeiros, foi composta de alunos oriundos das escolas organizadas pelos franceses. É o caso de Carlos Prestes, Siqueira Campos, João Alberto, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Landri Sales, Eduardo Gomes, Odylio Denys; já os disciplinados ou legalistas de ocasião são Eurico Dutra, Góes Monteiro, Humberto Mascarenhas de Moraes, Alencar Castello Branco, Artur da Costa e Silva, Justino Alves Bastos, Garrastazu Médici, Golbery do Couto e Silva, Adalberto Pereira dos Santos, Orlando e Ernesto Geisel.

Após a Segunda Guerra Mundial (1937-1945), impôs-se gradualmente a influência norte-americana, que engendrou alterações estruturais na organização militar e definiu novas bases doutrinárias. Os aportes norte-americanos ao pensamento militar brasileiro, na verdade, adaptaram o Exército às conjunturas do Pós-Guerra, marcado pela Guerra Fria (1945-1989), ensejando a elaboração autóctone da chamada Doutrina de Segurança Nacional, que propugnava um Estado forte e a premissa da guerra total, interna e externa, sob a influência das teses da geopolítica, em que a Política era absorvida pela estratégia militar. O sistema de guerra era concebido com ênfase nas atividades de inteligência, guerra psicológica, censura e polícia política.

Após a Missão Francesa e a Missão Americana, a corporação militar desponta como um corpo qualificado de profissionais, que conferem ao Exército um caráter de organização burocrática, moderna e vinculada estreitamente a um Estado centralizador, estruturado durante o Período Vargas (1930-1945).¹⁶

De fato, a burocracia militar foi uma das primeiras exceções na administração pública do País¹⁷, nas primeiras décadas da República, ainda marcada pela descentralização fiscal e política, enquanto o exército desenvolvia mecanismos de racionalização burocrática, por meio da normatização, estabelecendo estruturas hierarquizadas de comando, seleção meritocrática e de progressão na carreira e nas escolas profissionalizantes. Esses aspectos favoreceram o desenvolvimento de uma pretensão de organização da nação:

Este processo de modernização esteve vinculado à construção de um projeto de nação, pois as lideranças militares queriam constituir não só uma instituição meritocrática e profissional. Elas procuraram montar uma estrutura institucional que lhes permitisse interferir na ordem política. Foi isso que possibilitou às

¹⁶ No período Vargas, ensejou-se uma intervenção crescente do Estado no domínio econômico e social em nome de um projeto nacional-desenvolvimentista, estabelecendo o governo federal como instância de elaboração e execução de políticas públicas em grande escala, o que foi viabilizado por meio do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), criado em 1938. O Dasp seria “o órgão central do sistema de controle da administração pública e a peça-chave para a constituição de uma burocracia profissional institucionalizada, aos moldes weberianos. Guiado por esse objetivo, o órgão assumiu a responsabilidade pela realização dos concursos públicos e a supervisão dos processos de gestão de pessoal, tais como promoções, transferências e medidas disciplinares.” (ABRUCIO, F. L.; PEDROTI, P.; PÓ, M. V. **A formação da burocracia brasileira**: a trajetória e o significado das reformas administrativas. In: ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R.; PACHECO, R. S. **BUROCRACIA E POLÍTICA NO BRASIL: DESAFIOS PARA A ORDEM DEMOCRÁTICA NO SÉCULO XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 39).

¹⁷ A outra exceção foi o Itamaraty.

Forças Armadas terem um papel importante nos primórdios e ao longo do Estado nacional-desenvolvimentista.¹⁸

Nesse sentido, devido à sua vocação messiânica em relação à Nação, entrelaçada a uma compreensão científicista da política e da história e ao ressentimento por seu ostracismo, os militares realizaram reformas modernizantes no âmbito da instituição militar, mas também na sociedade brasileira, o que ensejou a intervenção militar no Estado em inúmeros momentos da vida política nacional a partir da Proclamação da República, que culminou em 1964.

Paradoxalmente, no entanto, a vocação messiânica postulada pelo Exército brasileiro em relação à sociedade e ao Estado brasileiro é, como já foi mencionado, estranha à natureza da atuação de um exército moderno, profissional, firmado sobre um padrão rígido de treinamento e disciplina. Na verdade, o modelo de exército moderno é incompatível com a mobilização política e partidarismo próprios das ações interventivas dos militares no governo civil. Nessa perspectiva, o exército moderno ocidental distinguiu e separou civis e militares, estabelecendo uma instituição militar que funcionava como “o grande mudo”, que se aplicava exclusivamente a fazer valer a sua missão constitucional de garantir os poderes constitucionais.

No Brasil, opunha-se ainda, já no final do século XX, o velho profissionalismo, afim ao exército moderno, ao novo profissionalismo, afinado com uma vocação de tutela e organização da Nação:

O velho profissionalismo está voltado para a Defesa externa, exige a especialização do militar dentro do campo restrito de suas atividades profissionais, tornando-o politicamente neutro. Já o novo profissionalismo é marcado pelo foco na segurança interna e no desenvolvimento nacional. Os militares assumem essas tarefas e se politizam, ampliando o “gerenciamento político-militar”, cuja legitimidade é desafiada por setores da sociedade.¹⁹

Na verdade, a vocação messiânica do Exército Brasileiro parece ter sido intensificada pelas demandas de modernização militar, devido à dependência do Estado do fornecimento externo de insumos e equipamentos militares, em um contexto de extrema pauperização material e atraso tecnológico. Desse modo, para

¹⁸ ABRUCIO, F. L.; PEDROTI, P.; PÓ, M. V. op. cit., p. 34.

¹⁹ BERTAZZO, J. **Papéis militares no Pós-Guerra Fria**: a perspectiva do Exército Brasileiro. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH - junho, 2009, p. 3.

gerações de militares, a conquista do mando político tornou-se indispensável à redução do desencontro entre o país e as necessidades de provimento do instrumento de força do Estado. Dito de outro modo, cientes de que a Corporação não mais viveria sem a absorção permanente das novidades em material de guerra, os militares se empenharam em assegurar as bases necessárias para o desenvolvimento do capitalismo no País.²⁰

Nessa perspectiva, os militares não integravam mais uma instituição insignificante em termos políticos, mas uma instância institucional apta a desenhar e implementar políticas públicas, reestruturando o aparelho do Estado e exercendo o seu controle.²¹

Assim sendo, em que pesem as divergências doutrinárias no seio da corporação militar e a influência de outros atores institucionais, constata-se que os militares desempenharam papel relevante na ruptura com as estruturas políticas da República Velha, o que se verifica com a presença recorrente de militares em cargos e funções de chefia nas políticas de segurança e desenvolvimento social e de cunho estratégico, tais como a criação da Petrobras, da Eletrobrás, do Programa Nuclear e do CNPq.

Convém ressaltar o fato de que, durante o Período Militar (1964-1985), os militares contribuíram efetivamente para um projeto modernizante: reformaram o sistema fiscal; incentivaram o investimento externo; ampliaram a oferta de energia elétrica, álcool carburante e combustível fóssil; assinaram um dispendioso acordo nuclear com a Alemanha; apoiaram pesquisas científicas; expandiram o sistema universitário; desenvolveram a pós-graduação; promoveram a absorção de tecnologias de ponta e inseriram o País na incômoda lista dos maiores vendedores de material bélico; garantiram ritmo acelerado a investimentos no sistema de transporte e comunicação; construíram grandes estádios, ajudando o futebol a se firmar como marca nacional; favoreceram a ocupação da Amazônia, abrindo

²⁰O Exército exigiu, como matéria-prima, em seus estabelecimentos fabris, um aço adequado para uso na confecção de seu aparelhamento bélico. Foram exigidos, também, cavalos possantes e ágeis para suas armas montadas e, em pouco tempo, foi providenciado um novo rebanho equino, além de pastagens.

²¹Desse modo, em 1939, quando os oficiais prodigalizaram manifestações de simpatia ao Eixo, Góes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, afirmou que a guerra moderna era uma contenda de fábricas e especialistas a serviço de uma vontade única - de uma comunidade unida

estradas e campos de pouso, implantando colônias agrícolas e permitindo a apropriação privada de extensas glebas, através da Zona Franca de Manaus; e, antecederam em décadas a abertura do comércio internacional.

Esta vocação missionária em relação à Nação, demiúrgica e autoritária, tendo como base a hipertrofia do Estado e uma atitude reformista de amplo escopo, de cunho modernizante, corporificou-se integralmente no Período Militar (1964-1985).

As ideias difundidas na década que antecede o Golpe já eram permeadas de projetos utópicos de sociedades modernizadas e evoluídas, em vários espectros, sendo endossadas por vários atores institucionais de diferentes matizes ideológicos, existindo uma ‘guerra de conceitos na qual se opunham (e às vezes se combinavam) desenvolvimento, modernização, reforma e revolução, cujos sentidos eram disputados pelos diferentes atores políticos.’²² Nesta arena onde distintos projetos de nação brasileira se enfrentavam, ‘acabou por vencer a vertente autoritária e liberal-conservadora do projeto modernizador, que paradoxalmente se apropriou de ideias sugeridas por líderes derrotados em 1964.’²³

O Movimento de março de 1964 tinha sido desencadeado para proteger o País da ameaça comunista, mas instaurou um período de exceção de vinte anos, sob a égide de decretos chamados de Atos Institucionais (AI), justificados em decorrência do ‘exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções.’²⁴

Os AI tiveram por objetivo reforçar o Poder executivo e reduzir o campo de ação do Congresso, como, por exemplo, na diminuição do prazo para a análise de projetos de lei na Câmara e no Senado. Passou também a ser para o presidente da República a iniciativa de projetos de Lei que viessem a criar e aumentar a despesa pública.

pelo sentimento nacional. Nesta perspectiva, Góes Monteiro traduzia rigorosamente a concepção de instituição militar que resultou em inúmeras intervenções na história política nacional.

²² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 11.

²³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 11.

Os AI serviram também para suspender imunidades parlamentares, cassar mandatos e suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos, além de servir de fundamento legal para a instituição de Inquéritos Policiais Militares (IPM) e para a escalada de perseguições e torturas.

A política econômica foi ambiciosa e de grande escopo, precisamente devido ao processo de hipertrofia do Executivo favorecida pelo Regime Militar, visando a reformar o sistema econômico capitalista, modernizando-o como um fim em si mesmo e como forma de conter o avanço das ideias comunistas. Para atingir estes objetivos, ‘‘era necessário enfrentar a caótica situação econômico-financeira que vinha dos últimos meses do governo Goulart; controlar a massa trabalhadora do campo e da cidade; promover uma reforma do aparelho do Estado.’’²⁵

Para tal, a política econômica do período militar visou, inicialmente, a reduzir o déficit público, contrair o crédito privado e comprimir salários, por meio do corte a subsídios a produtos básicos como o trigo e o petróleo, e de um aumento da arrecadação dos impostos, o que ensejou a elevação do custo de vida. As greves, no entanto, foram inviabilizadas por uma nova lei de greve, e a estabilidade no emprego em dez anos, garantida até então pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), foi revogada, e substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que flexibilizou a contratação e dispensa dos empregados.

Todas estas medidas, associadas à inflação persistente, favoreceram a concentração de renda enquanto eram implementadas políticas de crescimento econômico por meio de ações de incentivo às importações, com a captação maciça de investimentos estrangeiros, o que, de fato, obteve resultados, pois reduziu o ‘‘déficit público anual de 4,2% do PIB em 1963 para 3,2% em 1964 e 1,6% em 1965. A forte inflação de 1964 tendeu a ceder gradativamente, e o PIB voltou a crescer, a partir de 1966.’’²⁶

²⁴ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 405.

²⁵ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**, Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 470.

²⁶ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**, Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 472.

Estas medidas iniciais se desdobraram no chamado “Milagre” brasileiro, que se estendeu de 1969 a 1973, combinando o extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação, o que foi proporcionado pela ampla disponibilidade de recursos externos, para empréstimos e investimentos no País, que resultou, por exemplo, na expansão indústria automobilística. Estes aspectos se associaram a grande expansão de comércio exterior, com destaque para a produção industrial.

O modelo econômico estabelecido não era, no entanto, centrado nos dispositivos típicos do capitalismo liberal, caracterizando-se, ao contrário, como uma espécie de “capitalismo de Estado”, uma vez que este intervinha em várias áreas, indexando salários, concedendo créditos, isentando exportadores de tributos.

Em razão da intervenção militar no aparato estatal, convém reconhecer, ao longo das últimas décadas do século XX, que a economia brasileira foi modernizada, a produção industrial superou a produção agrícola e a população urbana ultrapassou a população rural embora o País tenha se tornado mais dependente de importações, a dívida externa ficasse sem controle e o fosso que o separasse dos países ricos se aprofundasse.

O modelo adotado comportava, no entanto, algumas falhas estruturais. A sua vulnerabilidade extrema consistia na dependência do sistema financeiro e da dinâmica do comércio internacional, e do petróleo, como uma fonte energética não autóctone, cuja crise, respectivamente, a partir de 1974, e em 1982, iria por em xeque a eficácia deste modelo econômico.

A outra vulnerabilidade deste modelo econômico era de ordem política, pois a extensão e profundidade das reformas econômicas e sociais, que lograram tão bons resultados, dependiam dos plenos poderes exercidos pelo governo autoritário, que não dependia de alianças estabelecidas com os vários segmentos do Estado e da sociedade civil, como costuma ocorrer em regimes democráticos. Deste modo, os sacrifícios e perdas inevitáveis destas políticas foram infligidos sem resistência nem oposição ativa da população, mas também sem possibilidade de construir um apoio coletivo do projeto social do governo militar, o que o tornaria mais consistente e duradouro. Esta ausência de consenso social iria,

finalmente, gerar fatores de desestabilização política, como a luta armada, e movimentos mais decisivos nos órgãos políticos em funcionamento, no sentido de retomar a normalidade democrática, no final do período militar, quando a pujança econômica havia cessado completamente, em face da crise internacional, pondo fim ao próprio regime militar, e ao papel de protagonismo das Forças Armadas na sociedade brasileira.

Após 1989, com o fim da Guerra Fria, ao exército brasileiro restava circunscrever-se ao desempenho de um novo papel institucional, mais profissional, e desvinculado do protagonismo político, de cunho messiânico, confrontando-se com a necessidade de atuar em novas demandas de emprego, propugnadas e difundidas pelos países desenvolvidos e por órgãos de Defesa como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e pelos Estados Unidos:

A nova ordem internacional, pós-guerra fria, deu aos Estados Unidos uma inédita preeminência militar, transformando-se na única força militar formalmente capaz de fazer frente a qualquer conflito bélico, em qualquer parte do mundo. Em relação à América do Sul, os Estados Unidos pressionam, direta e indiretamente, para que as Forças Armadas destes países restrinjam-se a papéis policiais, particularmente no combate ao narcotráfico, ao crime organizado e à defesa do meio-ambiente. Nesse quadro em que, do ponto de vista político, os inimigos internos desapareceram e em que as fronteiras não são um risco iminente, para que servem as Forças armadas do Brasil?²⁷

A definição de novos papéis para as Forças Armadas foi favorecida também pelas injunções da reforma de Estado, desencadeada pelo endividamento externo, após o Choque do Petróleo, no final da década de 1970, e pela alta de juros (1982), que pressionaram a execução de reformas conducentes à racionalização e redução do Estado e o direcionamento prioritário de recursos para as áreas de Educação e Saúde, dentre outras.

A crise do Estado favoreceu a busca por um exército profissional, com efetivos mais reduzidos.

Nessa perspectiva, estabeleceram-se novos papéis para as Forças Armadas, que se aproximavam das ações da Polícia e da Defesa Civil. No Brasil, passou-se a defender a atuação do exército no combate ao narcotráfico, nas ações

²⁷ D'ARAUJO, M. C. **Ainda em busca de identidade:** desafios das Forças Armadas na Nova República. Texto Cpdoc nº 36. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 20.

subsidiárias e nas ações de segurança pública. Além disso, a missão interna foi redimensionada no sentido defensivo, propondo-se a colaboração com as forças policiais em casos graves de ruptura da ordem pública. Por esta razão, na Constituição Federal de 1988, foi mantida a responsabilidade militar sobre as forças auxiliares, incluindo as polícias militares estaduais - preservando-se, assim, para as Forças Armadas, a função de polícia nacional.

As missões transnacionais de caráter humanitário de manutenção ou de estabelecimento de paz (*peacekeeping* e *peacemaking*) também foram inseridas nos objetivos de segurança nacional. Enquanto as Forças Armadas passaram a atuar, sem dúvida, como complemento aos mecanismos diplomáticos preventivos de resolução negociada de conflitos e, também, como um recurso de defesa da soberania nacional.

A reestruturação das formas de emprego do Exército combinou-se também com a eliminação gradual da participação dos militares na política e na administração pública civil, além de na supressão da polícia política. Esses aspectos manifestam o aprofundamento do exército moderno, que exigia a difusão de uma atitude de desengajamento político, de afastamento da política partidária e que se distanciava da vocação intervencionista dos militares na sociedade brasileira, que tinha sido a tônica da história política do País desde a Proclamação da República.

A constituição do Exército moderno pode ser expressa claramente na categoria de “controle civil” sobre as Forças Armadas, que consiste no estabelecimento de dispositivos de afastamento dos militares dos órgãos essenciais ao metabolismo da Democracia social e política, e de obtenção de isonomia de tratamento de civis e militares. O nível de controle civil sobre os militares pode ser inferido por meio da análise de uma série de indicadores, tais como a participação de militares da ativa no Gabinete, monitoramento do papel do Legislativo sobre os projetos de Defesa, influência dos militares nas ações de Inteligência do governo, dentre outros aspectos.

O nível de controle civil se relaciona em razão inversa à presença das prerrogativas militares, que são “espaços sobre os quais, existindo ou não contestação, os militares como instituição, pressupõem que adquiram o direito ou

privilégio, formal ou informal, de exercer um controle efetivo.”²⁸ São exemplos de prerrogativas militares a autonomia do sistema de ensino militar e os foros especiais de justiça.²⁹

Segundo Stepan (1988), no Brasil, vingaria, ainda no início dos anos 1990, a chamada acomodação civil desigual, com a presença de altas prerrogativas e baixa contestação por parte dos mesmos, podendo evoluir para um golpe ou para uma situação de pleno controle civil.³⁰

A persistência das prerrogativas militares, com moderado nível de controle civil, manifesta também obstáculos específicos à plena estruturação de aspectos típicos do Exército contemporâneo, pois este estabelece um modelo de organização militar permeado por valores difundidos pela sociedade, ultrapassando o modelo de diferenciação entre soldados e civis, que tinha sido a tônica do exército moderno.

O exército moderno, cujo teatro de operações privilegiava o combate convencional entre soldados, não exigia desses as habilidades de negociação e lide com as diferenças culturais.

No Exército contemporâneo, ao contrário, são favorecidas as operações que exigem a lide com atores institucionais da sociedade civil, das outras forças armadas, das forças auxiliares, da burocracia civil e das organizações militares e civis estrangeiras ou transnacionais, confrontando o soldado com cenários complexos em que intervêm múltiplas referências culturais e diferentes valores, exigindo dos militares as habilidades de negociação e aceitação das diferenças culturais. É o caso das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), Defesa Civil, Inteligência, operações psicológicas e Guerra Cibernética, dentre outras.

²⁸ STEPAN, A. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 524.

²⁹ As prerrogativas militares, no Brasil, foram preservadas devido ao modo como foi realizada a transição democrática no País, que ocorreu a partir da iniciativa do General Ernesto Geisel sob a égide “de uma ‘transição pactuada’”, dominada por largo período de “distensão lenta, gradual e segura”. A este respeito, ver: SAINT-PIERRE, H.; WINAND, E.. **O Legado da transição na Agenda Democrática para a Defesa**: os casos brasileiro e argentino. In: SAINT-PIERRE, H. L. **CONTROLE CIVIL SOBRE OS MILITARES E POLÍTICA DE DEFESA NA ARGENTINA, NO BRASIL, NO CHILE E NO URUGUAI**, p. 39-41.

³⁰STEPAN, A. **As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários**: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra. S/d.

Neste contexto, o soldado brasileiro necessita adotar uma perspectiva multicultural, de abertura para as diferenças sociais e culturais, no sentido de compreender e se comunicar com os atores institucionais envolvidos nos conflitos ou nas operações em que atua, ultrapassando o cumprimento estrito de ordem:

Thus, educating soldiers and civilians in a multicultural and peace-oriented viewpoint is crucial so as to equip them to effectively deal with cultural, ethnic, racial, gender and other identities in the context of the respect for human rights and citizenship dimensions in highly multicultural societies. Such a perspective can positively affect the attempts to minimize conflicts, through peaceful dialogues and mediation processes.³¹

A atitude multiculturalista não é necessária apenas na execução das operações nas novas hipóteses de emprego, pois convém ao soldado no contexto do Exército contemporâneo, uma vez que ele inclui grupos relativamente marginais aos quadros, armas e serviços da Força Terrestre, como mulheres e homossexuais, uma injunção atual das democracias liberais, centradas nos valores de igualdade e de isonomia.

Nessa perspectiva, as políticas de ação afirmativa que têm inserido as mulheres no exército brasileiro como técnicas e, agora, na linha bélica, como combatentes, podem confluir no sentido da estruturação mais plena do modelo do Exército contemporâneo, que enfatiza a integração com a sociedade nos aspectos culturais e no plano dos valores, e que contesta os modelos estritamente masculinos, marcadamente militares, completamente distintos e até opostos à sociedade civil.

Nesse sentido, este estudo supõe que a inserção da mulher pode favorecer o desenvolvimento das atitudes de tolerância ante as diferenças, assim como foram respeitadas, no passado mais remoto, da instituição militar, a partir da Guerra do Paraguai, as diferenças regionais relacionadas ao comportamento militar e à cultura organizacional militar. A difusão da atitude de tolerância ante as diferenças se deveria ao fato de que, na vida cotidiana da caserna, os militares seriam confrontados com modelos diferenciados do “ser militar”, o que poderia favorecer a atenuação de seu distanciamento e estranheza em relação à sociedade

³¹COSTA, R. **Multiculturalism and Peace Studies**: the need of a dialogue in/for multicultural/peace education. In: INTERNACIONAL PEACE RESEARCH ASSOCIATION (IPRA) AT THE PEACE EDUCATION COMISSION. University of Leuven-Belgium, 15-18 July 2008, p. 3.

brasileira, que foi a orientação predominante nas relações entre civis e militares no País durante o século XX.

2.2.

A instituição militar: sob a égide da hierarquia e da disciplina

As instituições militares são norteadas por valores éticos, tais como: hierarquia, disciplina, dever, honra, lealdade e serviço à Pátria, e mostram-se tradicionalmente conservadoras, rígidas e relativamente fechadas a influências exógenas. A profissão militar distingue-se daquelas direcionadas por critérios de lucro em três aspectos críticos, associados aos deveres profissionais (SOUSA, 1996, p. 942): a idéia de vocação, mais do que a profissão; a necessidade do “herói”, além do técnico ou administrador; e o sentido da missão, ao invés de contrato.

No Estatuto dos Militares, o capítulo dedicado à hierarquia e à disciplina deixa claro o substancial papel desempenhado por esses dois aspectos para as organizações militares. O artigo 14 diz que: “(...) a hierarquia e a disciplina são a base institucional das Forças Armadas. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico”. O artigo também define hierarquia como “a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas”, e disciplina como “a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, normas e disposições.

A observância de rígidos padrões morais e disciplinares e a submissão sistemática a um não menos rigoroso processo de avaliação do desempenho técnico-profissional são exigências tradicionalmente impostas aos recursos humanos a serviço das Forças Armadas. Ambas têm aplicação prática imediata como condicionantes fundamentais da própria permanência nas fileiras e da consequente ascensão na hierarquia militar.

As instituições militares possuem ainda uma identidade institucional marcante, nas quais a disciplina e a hierarquia são os valores fundamentais a serem internalizados pelos sujeitos que delas fazem parte. Neste sentido, para manter uma formação homogênea, Foucault (1987, p. 163) alerta que se deve:

Exercer sobre eles uma pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos “à subordinação. À docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina”. Para que, todos, se pareçam.

A homogeneização dos indivíduos pela disciplina incide sobre os comportamentos, sentimentos, imagens de si e sobre os usos do corpo.

Na verdade, o corpo passa a ser concebido como um resultado da disciplina: “o soldado tornou-se algo que se fabrica.” (FOUCAULT, 1987, p. 125). Do mesmo modo, as subjetividades pessoais terminam por ser modeladas, remetidas a um padrão regulador e endossado pela disciplina, que engloba “técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas.” (Ibid., p. 162).

A disciplina corrige então as posturas, forma hábitos que se tornam automáticos, de um corpo que se torna alvo de um processo sistemático de treinamento, em razão do que se transforma, fica mais ágil, obediente e com as forças multiplicadas. A disciplina trabalha o corpo em seus pormenores, em sua mecânica, movimentos, gestos, atitude e rapidez.

Esta disciplina é imemorial, utilizada no adestramento de escolas monásticas e de todos os exércitos de massa, desde as formas mais elementares de monopólio estatal da violência. Mas, a partir do século XVIII, tornou-se a fórmula geral da dominação contemporânea de uma arte do corpo humano que visa não somente a um aumento de suas habilidades, mas também a um enquadramento minucioso do corpo humano “numa maquinaria de poder que o esquadrinha, desarticula e o recompõe.” (Ibid., p. 127). Este enquadramento quer dizer potencialização, mas também subsunção, pois a disciplina amplifica as possibilidades de movimento e diminui as forças do corpo em termos políticos de obediência:

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (...). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (Ibid., p.127).

O corpo é então reinventado no âmbito de uma nova anatomia política, que se irradia nos espaços sociais de caráter formativo, que realizam, de algum modo, a educação informal e formal: escolas, prisões e organizações militares. Surgem

então as minúcias dos regulamentos, o olhar detalhista das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo (Ibid., p. 129). Tudo isto a serviço de novas racionalidades administrativas e econômicas, técnicas e religiosas.

Instaura-se o controle da hora, por meio do quadriculamento cerrado do tempo, de um tempo mensurado, milimetrado; e, também o quadriculamento do gesto, no treinamento sistemático do adestramento, decompondo-se os movimentos, uma vez que:

(...) a colocação em série das atividades sucessivas permite todo um investimento de duração pelo poder: possibilidade de um controle detalhado e de uma intervenção pontual (de diferenciação; de correção; de castigo; de eliminação) a cada momento do tempo. (Ibid, p. 145).

Nos quartéis, irradiaram-se os dispositivos disciplinares para conter a manifestação desinibida das pulsões de morte e da libido e as das individualidades. Impediram-se a pilhagem, os conflitos, as deserções, os desperdícios e as orgias. Para tal, efetivou-se a clausura, o quadriculamento do espaço: “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, o indivíduo.” (Ibid., p. 131). Evitava-se, assim, a aglomeração, as irrupções caóticas de emoções da turba e a desordem de um modo irrestrito e pontual em que importava:

Estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades e os méritos. (Ibid., p. 131).

Daí a necessidade de instaurar dispositivos disciplinares: a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora.

Para ordenar, torna-se necessário criar um sistema de hierarquias, em que fiquem evidentes as funções e tarefas concernentes a cada elemento da organização:

A disciplina recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares; pune rebaixando e degradando. O próprio sistema de classificação vale como recompensa ou punição. Havia sido aperfeiçoado na Escola Militar um sistema complexo de hierarquização “honorífica”, em que as roupas traduziam essa classificação aos olhos de todos, e castigos mais ou menos nobres ou vergonhosos estavam ligados, como marca de privilégio ou de infâmia, às categorias assim distribuídas. Essa repartição classificatória e penal se efetua a intervalos próximos por relatórios que os oficiais, os professores, seus adjuntos fazem, sem consideração de idade ou de posto, sobre “as qualidades morais dos alunos” e sobre “seu comportamento universalmente reconhecido” (Ibid., p.156).

A vigilância hierárquica manifesta-se ainda na interposição de uma miríade de personagens com a função de orientar e controlar comportamentos e modos de ser dos indivíduos, pois a “disciplina faz funcionar um poder relacional que se auto sustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados.” (Ibid., p. 159).

A vigilância hierárquica se manifesta também nos dispositivos arquitetônicos em formato de *panopticon*, dotados de possibilidades de esquadramento pleno do espaço e de localizar o indivíduo no espaço, a partir de uma torre ou pátio central.

A sanção normalizadora, por sua vez, surge por meio do uso regulado de punições e recompensas que vão das advertências em público de caráter humilhantes a severos castigos, físicos enquanto as recompensas incluem a concessão pública de medalhas de honra ao mérito, com a concessão de distintivos e funções específicas:

Na oficina, na escola, no exército, funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (ausências, interrupções das tarefas), das atividades (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes incorretas, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). (Ibid., p. 159).

A ação de punir reproduz o modelo reduzido de um tribunal em que o objetivo não é eliminar a pessoa do infrator, mas recuperá-lo: corrigi-lo, situando-o ao longo de uma escala mais ou menos explícita de mérito ou demérito, de um modo que uma penalidade perpétua “atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza.” (Ibid., p.163).

A disciplina é então utilizada para modelar corpos/mentes, por meio do esquadramento e regulação dos movimentos, de sua racionalização escrutinadora realizada pelos atores institucionais e materializada em normas e manuais, que respaldam a punição ou recompensa na medida do grau de docilização dos sujeitos.

Utilizando estes dispositivos disciplinares, as instituições militares funcionam cotidianamente como espaços educativos que “encenam”

constantemente estes valores através de rituais próprios, que fabricam e refabricam os sujeitos que delas fazem parte, no sentido da constituição e consolidação de uma identidade militar, que se distingue significativamente de uma identidade pessoal “civil”.

A estruturação da identidade militar ocorre, então, no contexto de uma docilização de corpos e mentes que se manifestem na vida cotidiana das instituições militares, por meio de práticas sociais, mas também de discursos que dizem o que cada indivíduo é e o que deve ser, a partir de parâmetros definidores implícitos e explícitos.

Isto porque o processo de docilização de corpos e mentes produz verdades sobre os sujeitos e o mundo. Nessa perspectiva, Foucault entende que a “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. Nesta concepção, a verdade no contexto militar se aproxima muito do dogma da religião. As “verdades” são emanadas pelas autoridades e impostas aos subordinados:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer que funciona como verdadeiro. (1979, p. 25).

A docilização dos corpos realizadas nas instituições militares não é um fenômeno excêntrico, isolado das dinâmicas mais amplas que influenciam a vida social. Ao contrário, tem a ver com modos típicos de encarar e de lidar com o corpo que se relacionam com os padrões coletivos de gestão dos sentimentos, emoções, com as formas pessoais de lidar com estes aspectos que influenciam a vida privada e as relações sociais num sentido amplo, a partir do século XVII, que edificaram

(...) uma parede invisível de emoções que parece hoje se erguer entre um corpo humano e outro, repelindo e separando o que é freqüentemente perceptível à mera aproximação de alguma coisa que esteve em contato com a boca ou as mãos de outra pessoa, e que se manifesta à mera vista de muitas funções corporais de outrem. (ELIAS, 1994, p. 82)

Nesta perspectiva, a docilização dos corpos como resultado da disciplina em instituições militares é, na verdade, uma manifestação mais intensa de uma tendência histórica que estrutura o Estado moderno, de extração liberal e democrática, que estabelece miríades de campos de força no plano das relações sociais, nos diversos campos simbólicos que formatam a experiência humana no sentido de contenção dos instintos da pessoa, que anteriormente, eram expressos de modo espontâneo mesmo fora do âmbito da vida privada.

Esse processo civilizatório foi, em última instância, a contrapartida do estabelecimento gradual de uma sociedade unificada a partir de uma instância central, que determinou um modelo específico de costumes e um padrão emocional e de gestão do corpo, que se refletiu também nas práticas de socialização e de educação formal militar.

A instância central, exemplificada no caso francês, foi o Estado absolutista do Antigo Regime (séculos XVII-XVIII), uma sociedade da corte que congregou, no mesmo espaço restrito e regulado pela autoridade do soberano, intelectuais e uma elite social representativa dos diversos estratos sociais, que criou e impôs um padrão cultural que submeteu, com o tempo, a vida emocional e o corpo das pessoas à pressão institucionalizada do *status quo*. Neste sentido, o surgimento e a maturação da burguesia francesa, por exemplo, teriam permanecido vinculados

(...) à tradição da Corte em seu comportamento e no controle das emoções, mesmo depois de demolido o edifício do Antigo Regime. Isto porque, graças ao estreito contato entre círculos aristocráticos e a classe média, grande parte das maneiras cortesãs muito tempo antes da Revolução haviam sido aceitas pela classe média. (Ibid., p. 63).

Estes padrões culturais de gestão dos afetos e do corpo, próprios da Modernidade, que são considerados eternos, foram, na verdade, desenvolvidos gradualmente com a estruturação das formas de Estado e das descobertas científicas, consubstanciando-se como partes de um processo que instauram a Civilização, depreendida aqui como “a estrutura particular de relações humanas e de correspondentes formas de comportamento”. (Ibid., p. 73).

O processo civilizatório teria influenciado a vida cotidiana, as maneiras à mesa, as formas de exercício das funções corporais e da sexualidade em espaços públicos e privados, construindo modos específicos de lidar com o corpo e de

autoimagem corporal que foram construídos através da difusão em espaços educativos formais e informais, de códigos de conduta e de regulação do corpo, que determinavam dispositivos de administração pessoal das funções corporais, resultando em coerção social e na compulsão de policiar o próprio comportamento. Assim sendo, “em conjunto com isto é posto em movimento o modelo de comportamento”. (Ibid., p. 93).

É, então, através da internalização destes códigos sociais que se estabeleceram hábitos que formatam as maneiras de sentir e ver o mundo e de gerir o próprio corpo em consonância com o *ethos* predominante da vida social. Daí o surgimento de um “embaraço” ou vergonha em face do desvio da conduta ao mesmo tempo em que se exigiu uma maior moderação no uso da linguagem para evitar a franqueza, considerada rude, e a expressão das emoções e pulsões, uma vez que a linguagem é “uma das formas assumidas pela vida social ou mental” (Ibid., p. 121).

Assim sendo, as manifestações da libido e das pulsões de morte através de atos de natureza abertamente sexual ou da violência física passam a ser considerados repugnantes ou de mau gosto porque as “pessoas, no curso do processo civilizatório, procuram suprimir em si mesmas todas as características que julgam animais.” (Ibid., p. 128). Em relação às experiências sexuais, instalou-se o que se chama de “conspiração do silêncio”, ao mesmo tempo em que foram diferenciados adultos e crianças em espaços educativos como as escolas em regime de internato, além de “inventadas” as categorias sociais de infância e adolescência, percebidas agora como idades da vida que são caracterizadas pela fragilidade e suscetibilidade à corrupção moral, a serem resguardadas através do isolamento social e da vigilância irradiante. (ARIÈS, 1981).

As instituições militares modernas manifestam, então, de modo mais intenso, este movimento social mais amplo de irradiação de controle e regulação dos corpos e mentes, **das mentes através dos corpos** (grifo nosso), o que impactou profundamente os modelos de treinamento militar e a vida cotidiana na caserna, além das formas de realização da atividade militar em que “a crueldade e a alegria com a destruição e tormento de outrem, tal como a prova de superioridade física, foram colocados sob um controle social cada vez mais forte,

amparado pela organização estatal.” (ELIAS, 1994, p. 191).

Esta regulação das pulsões de morte no âmbito da atividade militar se manifestou também na elaboração progressiva de códigos militares que estabeleciam condições e práticas específicas de lide com o inimigo e com as populações civis dos territórios ocupados, o que atingiu o apogeu, nas guerras do século XIX. Também na vida privada, as formas de administração dos conflitos pessoais assumiram a fisionomia galante e cavalheiresca dos duelos, com o intuito de regular as querelas relacionadas ao sentimento de honra. Em ambos os casos, foram estabelecidos padrões escritos de sublimação das pulsões de morte e condutas exteriores que estabeleciam a disciplina formal dos instintos em manifestações elegantes e, até estetizantes, revestidas de valores sublimados de coragem, honra pessoal e respeito por si e pelo adversário.

Este padrão regulador dos atos de violência física se estabeleceu em razão da imposição de uma instância central de domínio, que pôde obrigar as pessoas a controlarem, inclusive, de modo voluntário, os instintos e emoções. Esta também é a perspectiva de Weber (1982) quando considera que, nas instituições militares, a disciplina foi o resultado de “uma maior concentração dos meios de guerra nas mãos do senhor bélico” (WEBER, 1982, p. 181).

Segundo Weber, a contenção dos instintos é realizada por meio da disciplina, depreendida aqui como a submissão do corpo a hábitos, ou seja, a um conjunto de atos repetitivos que permeiam as atividades pessoais e profissionais, e que se manifesta em um tipo de treinamento que estabelece padrões uniformes de movimentos e de modos típicos de execução de ações.

A ordem unida e as práticas de adestramento decorrente figuram como um dispositivo disciplinar que serve para modelar os corpos por meio de códigos padronizados de execução de movimentos que, além de submeter o indivíduo à imposição do comando, prepara os agrupamentos de homens ao *modus operandi* da formação cerrada firme, em que os soldados, a comando, atiravam com método para obter um ataque bem-sucedido, realizando a progressão no terreno de forma pré-determinada – uma forma de emprego militar que se opunha frontalmente aos modos voluntaristas, caóticos, próprios do combate feudal.

Nessa perspectiva, um dos dispositivos disciplinares mais utilizados em instituições militares ainda hoje é a realização sistemática de formaturas³², com objetivo de uniformizar os movimentos, eternizando a dinâmica da ordem unida como meio de formar e consolidar a identidade militar por meio de um corpo esquadrinhado e formatado para o combate em formação cerrada a comando.

2.3. As formaturas: o tempo e o espaço imóveis

Neste sentido, Mauss (1974, p.137) destaca que o corpo é a primeira coisa que um ser humano deve aprender a controlar. Assim sendo, cada sociedade vai desenvolver e implementar as suas formas de controle dos corpos e das subjetividades dos sujeitos com o intuito de uniformizar características psicológicas e comportamentos:

Ao estabelecer estes objetivos de uniformizar os discentes, a educação buscou instituir a idéia de que há algo fixo, substancial na vida e no homem e que o pólo priorizado (razão/alma) seria o aspecto a ser desenvolvido pelos alunos. Já que era parte desta sociedade, a educação ministrada nos estabelecimentos de ensino consolidou esta meta, pois estava impregnada dos valores que pautavam a cultura naquela ocasião, ou seja, os valores da modernidade, que colocavam a racionalidade como aspecto primordial do homem. (SILVA, 2007, p.117)

Para disciplinar o corpo do militar, são necessárias técnicas de adestramento, que, aceitas culturalmente, são ensinadas sistematicamente nos quartéis para preparar os militares para o emprego e para os rituais militares que encenam periodicamente o *ethos* militar centrado na hierarquia e na disciplina – as formaturas.

A formatura é um campo fértil para a doutrinação dos corpos, tornando-os dóceis, disciplinados e hierarquizados.

Na instituição militar, a formatura assume um papel importante no controle dos corpos.

A formatura é marcada por um tempo incondicional, que é a metáfora da temporalidade para o militar, em sentido mais amplo. Como um bloco monolítico, os soldados marcham. Para entrar “em forma”, o soldado deve observar o tempo e o espaço.

³² A formatura militar é uma solenidade realizada nas organizações militares.

O tempo do militar deve ser totalmente ocupado pelas suas atividades. É fundamental a disponibilidade incondicional para o serviço, mesmo que não exista serviço. Desviar de sua principal “missão”, ou seja, a disponibilidade incondicional, deve ser evitada. Assim, a vida do militar deve estar atrelada unicamente a sua profissão, como um “sacerdócio”.

Neste aspecto, a formatura tem um papel fundamental ao ocupar uma grande parte do tempo do militar. E do mesmo modo da formatura, a limpeza ou manutenção do quartel e a segurança do próprio aquartelamento demandam a quase totalidade do tempo dos militares.

Existe um horário que deve ser seguido. O soldado “em forma” espera a presença da autoridade que irá presidir a formatura. O tempo de espera depende da importância do evento, quanto mais graduada for a autoridade que comanda, maior será a possibilidade de espera para início da mesma.

A autoridade não se atrasa e o atraso dos soldados não constitui também uma rotina, visto que, nos dias de formatura, o militar deve chegar mais cedo. O militar atrasado não pode entrar mais em forma, ficando sua ausência consignada na “tirada de faltas” realizada pelo militar mais antigo. Evidencia-se aqui a gestão do tempo como controle:

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseira, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (“atitudes incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora. (FOUCAULT, 1987, p.159-160)

O tempo de duração de uma formatura varia também conforme o número de atividades que serão desenvolvidas nessas atividades. Uma formatura de rotina inclui as seguintes etapas:

- Apresentação da tropa ao comandante;
- Hasteamento da bandeira;

- Canto de uma canção militar;
- Palavras do comandante;
- Desfile da tropa em continência ao comandante.

O tempo de uma formatura começa com a espera pela autoridade e finaliza no desfile, variando, normalmente, entre 40 minutos à uma hora. Quando a formatura apresenta outras atividades, além das existentes na formatura de rotina, este tempo pode aumentar. Uma formatura como a realizada para a entrega de medalhas, ou para o compromisso de oficial ao primeiro posto, demanda um tempo maior. A formatura que celebra a troca de um comando, dependendo da personalidade do comandante, podendo até ultrapassar duas horas de duração.

Outro aspecto importante é a quantidade de formaturas existentes em uma organização militar. A rotina das formaturas pode variar de uma vez por semana até formaturas diárias. Cabe ressaltar, ainda, que a formatura geral é destinada ao comandante da organização militar. Existem outras formaturas que são realizadas pelos escalões subordinados, visando repassar as ordens aos militares sob o seu comando.

Essas formaturas normalmente ocorrem todos os dias e podem acontecer até três vezes num mesmo dia, ou seja, no início do expediente da manhã, no início do expediente da tarde e no fim das atividades. O tempo total dessas formaturas varia de acordo com o comandante do grupo, podendo ocupar mais de uma hora por dia. Assim sendo, a formatura tem um papel primordial ao ocupar, com sua doutrinação, um grande tempo da vida do militar.

Se o tempo para o militar deve ser incondicional, o espaço exige a imobilidade. O deslocamento só pode ocorrer seguindo as ordens emanadas pelas autoridades.

Uma formatura militar tem como característica a imobilidade. Os movimentos, quando ocorrem, devem seguir os comandos de voz das autoridades ou os toques de corneta. Neste sentido, tudo é estático. A única força em movimento é a do comandante:

O corpo singular torna-se um elemento, que se pode colocar, mover, articular com outros. Sua coragem ou força não são mais as variáveis principais que o definem; mas o lugar que ele ocupa, o intervalo que cobre, a regularidade, a boa ordem segundo as quais opera seus deslocamentos. O homem de tropa é antes de tudo um fragmento de espaço móvel, antes de ser uma coragem ou uma honra. (FOUCAULT, 1987, p.148).

Dessa forma, a marcha deve ser treinada para automatizar os movimentos. Cada exército possui seu ritmo, sendo a cultura deste exército fundamental no processo de construção de uma marcha.

Os hábitos variam conforme as sociedades, as educações, as conveniências e as modas. Cada cultura instrumentaliza o corpo ao seu modo. E as técnicas são difundidas pela educação. Neste ponto, só são transmitidas as técnicas eficazes.

Cabe dizer que a técnica do corpo, segundo Mauss (1974, p.138), é tradicional e eficaz. Tradicional porque segue os parâmetros estabelecidos culturalmente dentro de um grupo de indivíduos. E eficaz porque o objetivo proposto é alcançado.

Neste aspecto, para atingir a eficácia, tempo e espaço luta-se pelos detalhes. O detalhe imobiliza o corpo para os grandes movimentos. Foucault, lembrando o marechal Saxe, adverte que:

Aqueles que cuidam dos detalhes muitas vezes parecem espíritos tacanhos, entretanto esta parte é essencial, porque ela é o fundamento, e é impossível levantar qualquer edifício ou estabelecer qualquer método sem ter os princípios. Não basta ter o gosto pela arquitetura. É preciso conhecer a arte de talhar pedras.

Assim sendo, o local onde ocorrem as formaturas, normalmente um pátio ou um campo, também é um espaço de poder. O local das formaturas em uma organização militar é um espaço de controle, de onde o comandante comunica suas ordens. Neste sentido, a tropa, imóvel, deve referenciar os símbolos nacionais e a presença de seu comandante. Este, no centro do dispositivo, pode ver sua tropa na totalidade, consubstanciando um panóptico:

O aparelho disciplinar perfeito capacitaria, com um único olhar, tudo ver permanentemente. Um ponto central seria ao mesmo tempo fonte de luz que iluminasse todas as coisas, e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido: olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem. (FOUCAULT, 1987, p.156)

O local da formatura é um espaço revestido de certa sacralidade, mesmo que tenha outras finalidades. Quando preparado para uma formatura, o espaço sofre uma mudança substantiva, sendo reservado para os rituais militares.

O silêncio e os movimentos uniformizados e realizados sempre através dos comandos e dos toques de cornetas que anunciam, com os seus sons, os ritmos que serão executados pela banda de música, possuem um papel importante na celebração da formatura, realizando a cadência dos movimentos da tropa em marcha.

Todos os detalhes para uma formatura são preparados com antecedência. Existe a máxima de que uma formatura deve ser sempre perfeita, visto que, para um observador, qualquer movimento de um militar fora do ritmo é facilmente percebido. Assim, o erro não pode ser admitido. Neste sentido, Foucault cita La Salle sobre como a mística do cotidiano se associa à disciplina do minúsculo.

Como é perigoso negligenciar as pequenas coisas. É um pensamento bem consolador para uma alma como a minha, pouco indicada para as grandes ações, pensar que a fidelidade às pequenas coisas pode, por um progresso insensível, elevar-nos à mais eminente santidade: porque as pequenas coisas nos dispõem às grandes... Pequenas coisas, meu Deus, infelizmente dirá alguém, que podemos fazer de grande para Vós, criaturas fracas e mortais que somos. Pequenas coisas: se as grandes se apresentassem, praticá-las-íamos? Não as creríamos acima de nossas forças? Pequenas coisas: e se Deus as aceita e quer recebê-las como grandes? Pequenas coisas; acaso já as experimentamos? Acaso as julgamos pela experiência? Pequenas coisas; somos então culpados, se vendo-as como tais, as recusamos? Pequenas coisas; são elas, entretanto que, com o tempo, formaram grandes santos! Sim, pequenas coisas; mas grandes móveis, grandes sentimentos, grande fervor, grande ardor, e em consequência grandes méritos, grandes tesouros, grandes recompensas. (1987, p. 129)

Finalmente, cabe destacar que os exercícios militares, como uma formatura, devem ser pensados dentro de um momento histórico. Atribuir à formatura militar os mesmos valores existentes no século XVIII pode conduzir as ações próximas aos militares daquele período histórico. Em resumo, Foucault (1987, p. 150) diz que:

(...) pode-se dizer que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou, antes, uma individualidade dotada de quatro características: é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças). E para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação das forças, organiza “táticas”. A tática, arte de construir,

com os corpos localizados, atividades codificadas e as aptidões formadas, aparelhos em que o produto das diferentes forças se encontra majorado por sua combinação calculada é sem dúvida a forma mais elevada da prática disciplinar. Nesse saber, os teóricos do século XVIII viam o fundamento geral de toda a prática militar, desde o controle e o exercício dos corpos individuais, até a utilização das forças específicas às multiplicidades mais complexas.

2.4.

Inflexões da hierarquia e da disciplina: as injunções do tempo histórico

2.4.1.

Cultura nacional e cultura organizacional

A hierarquia e a disciplina – pilares das instituições militares – são valores quase sempre naturalizados pelos atores institucionais, sem que estes estabeleçam conscientemente relações destes valores com as sociedades em que se inserem e que influenciam as formas de gestão da hierarquia e da disciplina.

As formas de exercício da hierarquia e disciplina dependem da cultura militar,³³ que não é compreendida aqui como uma realidade homogênea e estática. Ao contrário, a cultura militar se diferencia nos quadros, armas e serviços, que compõem. Na verdade, são subculturas que estabelecem padrões distintos de sensibilidades, visão de mundo e ação social³⁴. Supõe-se aqui também que os quadros, armas e serviços apresentem padrões distintos de hierarquia e disciplina, que se relacionam com as formas convencionais e atuais de atuação militar³⁵.

A cultura militar diferencia-se ainda em conformidade com a cultura organizacional³⁶ e com as tradições específicas das organizações militares.

³³ Depreende-se “cultura militar” como um conjunto de códigos de conduta, valores, ritos e artefatos elaborados e transmitidos em instituições militares, compondo um *ethos* próprio, mais ou menos diferenciado dos padrões da sociedade em que se insere.

³⁴ As subculturas próprias dos quadros, armas e serviços são abordadas no trabalho pioneiro, na área de Estudos Militares, de Celso Castro. Ver: CASTRO, C. **O Espírito Militar: um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

³⁵ “O gênero é, portanto, um meio de recodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os (as) historiadores procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles ou elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.” (SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. p. 23.).

³⁶ Entende-se “cultura organizacional” como um sistema de valores expressos através de artefatos, mitos, rituais, hábitos e crenças comuns aos membros de uma organização, estruturado dinamicamente a partir do jogo dos atores, vinculando-se, de algum modo, à cultura nacional e

A cultura militar, em sua manifestação diversificada, vincula-se também a configurações culturais mais amplas, a saber, da sociedade luso-brasileira e da cultura política nacional³⁷, esta é aqui compreendida como adesão coletiva, consciente ou inconsciente, a uma concepção de sociedade, a uma matriz geral de significados atribuídos ao exercício do poder em suas várias instâncias, a formas concretas de sociabilidade e a comunicação, que constituem a identidade de um grupo social (PÉCAUT, 1989, p. 15).

Nesta perspectiva, a cultura política brasileira se caracteriza pelo extremo voluntarismo de uma elite dirigente e de intelectuais ou tecnocratas que se colocaram, desde o século XIX, no momento da constituição da vida política brasileira, “a serviço do conhecimento da realidade nacional, da formação da sociedade.” (Ibid., p. 6). Para esta elite intelectual, cujo protagonismo se explica em um contexto de exclusão social e de altas taxas de analfabetismo, cumpria forjar o povo e organizar a nação, o que era:

(...) uma tarefa que cabe às elites que, em sua grande maioria, mostram-se de acordo quanto à rejeição da democracia representativa e ao fortalecimento das funções do Estado. Acatam também a prioridade do imperativo nacional e aderem, explicitamente ou não, a uma visão hierárquica da ordem social. (Ibid., p. 15).

Esta elite intelectual, em vários espectros ideológico, manifesta alguns aspectos típicos da cultura política nacional: a pretensão da elite intelectual de se situar acima dos grupos de interesse, de instaurar a unidade política da nação à margem dos mecanismos da democracia representativa e de reivindicar uma ciência do social, com pretensões de fundamentar uma administração “científica”.

Sob tal perspectiva, os escritores brasileiros, a partir do Romantismo (primeira metade do século XIX), e, principalmente, no âmbito da literatura realista e naturalista, colocaram a literatura nacional a serviço do resgate da nacionalidade e de transformação social e política, “fazendo com que se apagassem as fronteiras tradicionais entre o homem de letras e o homem de ação,

local. (SOUZA PIRES, J. C. de S.; MACEDO, K. B. **Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil**. In: RAP. Rio de Janeiro 40 (1); 81-105, jan/fev, 2006).

³⁷ Depreende-se “nação” aqui como um conjunto de indivíduos com passado comum, com identidade e modo de ser semelhantes, além de um sentimento de pertença a uma comunidade imaginada. (ANDERSON, B. **As promessas do Estado-Nação para o início do século**. In: HELLER, AGNES. **A CRISE DOS PARADIGMAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS E OS DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p.156-159).

entre o homem de letras e o homem público, e entre o artista e a sua comunidade.” (PÉCAUT, 1989, p. 24).

Daí decorreu o interesse pelos mais variados aspectos da realidade brasileira. Mais do que aplicar fórmulas exógenas, tratava-se de conhecer a Nação, para compreender o seu presente e antever e planejar o seu futuro:

Nasceram daí duas formas típicas de reação. A mais simplista consistia em sublimar as dificuldades do presente e transformar a sensação de inferioridade em um mito de superioridade: é a “ideologia do país novo”, “o gigante adormecido”, cujo destino de grandiosidade se cumprirá no futuro. A outra implicaria num mergulho profundo na realidade do país a fim de conhecer-lhes as características (...). Nesse contexto é que se inserem os esforços renitentes despendidos na tentativa de determinar um tipo étnico específico representativo da nacionalidade ou pelo menos simbólico dela, que se prestasse a operar como um eixo sólido que centrasse, dirigisse e organizasse as reflexões desnorteadas sobre a realidade nacional.³⁸

A convicção do protagonismo político dos intelectuais também foi defendida pelo Castilhismo e do Getulismo, na primeira metade do século XX, que afinou, por sua vez, com o Positivismo à Benjamin Constant e à Escola militar da Praia Vermelha, que:

(...) perdia terreno à medida que progredia a profissionalização militar, sob influência alemã durante alguns anos, e sob influência francesa a partir de 1920, o que não impediu “que sob diversas formas dos níveis hierárquicos, da consolidação das instituições militares e do ressurgimento do tema do soldado cidadão, as Forças Armadas, e, sobretudo, o Exército assumissem a noção de imperativo nacional e se associassem ao projeto de fortalecimento do Estado nacional.” (Ibid., p. 63).

Nesse sentido, a partir da Proclamação da República (1889), o Exército brasileiro atuou como uma instituição central na definição dos rumos políticos do País, desenvolvendo projetos acerca da segurança e do desenvolvimento nacionais, consubstanciados no Tenentismo dos anos 1920, no industrialismo dos anos 1930 e 1940, no nacionalismo dos anos 1950, e no anticomunismo dos anos 1960. Tal protagonismo militar se apoiou diretamente:

(...) numa cultura militar que propalava serem os militares mais preparados do que os civis para o exercício de funções que necessitem de risco, disciplina, prazos e responsabilidade. Uma cultura que diz serem eles superiores aos civis do ponto de vista moral, cívico e patriótico. Seriam uma reserva moral, um “pronto socorro” político, um “cordão sanitário”. (D’ARAÚJO, 2000, p. 2).

³⁸SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 85.

O Exército interveio na vida política nacional assumindo, muitas vezes, o controle do aparato estatal, o que influenciou as suas formas de gestão de hierarquia e de disciplina, que foram atenuadas e flexibilizadas em função dos imperativos de engajamento político de militares.

Este fato é demonstrado no pós-1964, quando um movimento significativo, desencadeado de dentro da Instituição Militar, coibiu os excessos da politização interna, em proveito da “linha dura”, que assume o comando da corporação militar após 1967, sendo contido o voluntarismo político do baixo clero militar em proveito dos escalões superiores e do Alto Comando dos serviços de Inteligência. (Ibid., p. 3).

A partir daí, teria havido um recrudescimento disciplinar nas instituições militares que teria influenciado as escolas militares de formação, responsáveis pelo processo de socialização militar, com perda sensível da autonomia decisória e uso mais extensivo de sanções disciplinares, enquanto se defendeu mais até os dias atuais, no âmbito do sistema de ensino, o modelo “tarimbeiro” de formação militar, mais afim às armas de combate, que se apoia em maior escala nas formas mais estritas de comando e controle, do que as armas científicas tais como a Artilharia e Comunicações, em que oficiais subalternos exercem funções de assessoria do Comandante e desempenham atividades em seus cargos e funções sem depender de ordens detalhadas dos escalões superiores, no espírito da “missão por finalidade”.

Deste modo, conclui-se que as formas de exercício da hierarquia e a disciplina são influenciadas diretamente pela conjuntura e pelo evento histórico, podendo a inserção das mulheres na organização militar alterarem as formas de funcionamento da hierarquia e da disciplina, em conformidade com as representações de gênero próprias da cultura nacional, relacionando-se, de modo idiossincrásico com as formas predominantes de emprego militar, como veremos adiante.

2.4.2. Formas de emprego militar: a hierarquia e a disciplina

Na sociedade contemporânea, importantes transformações sociais e tecnológicas ocorridas no fim do século XX vêm gerando a necessidade de redefinições na área militar em relação ao planejamento e execução de operações, com implicações nas formas de gestão da hierarquia e da disciplina.

A partir de 1989, com a Queda do Muro de Berlim, o cenário internacional se caracterizava pela supressão do conflito ideológico característico da Guerra Fria (1945-1989), do triunfo da multipolaridade e de um modelo econômico marcado pela interdependência e concorrência. Tal fato, associado ao endividamento e desemprego, ensejou a redução de contingentes militares e a criação e ampliação de outras hipóteses de emprego das Forças Armadas.

As novas hipóteses de emprego são relacionadas ao que se convencionou chamar de não guerra e, que tem a ver com as ações subsidiárias, próximas da Defesa Civil, como as Missões de Paz e operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Essas hipóteses de emprego caracterizam-se pela utilização eventual de Forças de Pronto-Emprego, que usam unidades menores, leves e que funcionam por meio de processos focais de tomada de decisão que distam muito do modelo rígido e verticalista de gestão da hierarquia e da disciplina.

O militar polivalente está sendo demandado a atuar em contextos incertos e com inúmeras variáveis, como a tomada de decisão descentralizada e em tempo real, o que implica a atenuação ou modificação dos padrões disciplinares urdidos em cenários típicos da guerra convencional, que se centravam em padrões centralizados de comando e controle.

Na verdade, o combate convencional é uma forma relativamente nova de atuação militar, que, na história recente dos exércitos ocidentais, conheceu formas ainda mais restritas de comando e controle, vinculados a padrões extremamente rígidos de hierarquia e disciplina.

Com efeito, a guerra moderna, que precede o combate convencional como parâmetro de atuação militar, também conhecida como guerra de primeira

geração, se situa entre o término da Guerra dos Trinta Anos (1648) e a Era napoleônica (início do século XIX). Tratava-se de uma guerra pré-industrial caracterizada pelo combate linear, por formações cerradas, ordem unida e batalhas campais que se assemelhavam a paradas ou desfiles militares, com toques de clarins e estandartes desfraldados. Em relação à hierarquia e a disciplina, podia-se dizer que:

(...) o valor combativo de uma tropa podia ser medido pelo modo como desfilava ou como se portava em forma. Para os soldados da primeira geração, a disciplina se reduzia à rígida obediência às ordens emanadas dos escalões superiores e podia ser expressa por gestos e saudações formais. A iniciativa e a liberdade de ação, em geral, eram indesejáveis, pois comprometiam os planos e as ordens de batalha previamente elaborados. (VISACRO, 2009, p. 38).

A 1ª Guerra Mundial (1914-1918) entronizou a chamada guerra de segunda geração “caracterizada pela ascendência do sistema de apoio de fogo sobre a manobra.” (Ibid., p. 38). Aí, impôs-se a defasagem entre a tecnologia e a tática, com sensível perda da mobilidade tática, consubstanciando-se o apogeu da guerra de posição, que seguia padrões estritos de planejamento e execução.

Do ponto de vista da hierarquia e da disciplina, mantinham-se formas de lide de controle extremo, com limitada autonomia decisória de oficiais intermediários, subalternos e praças. Seu treinamento básico apresentava as seguintes características: estranhamento do meio civil, sensação de desconforto pela falta pessoal de traquejo militar, isolamento relativo da sociedade civil, ênfase na agressividade, esforços físicos continuados, privação de sono, tensão psicológica recorrente, utilização de canções militares em uníssono, uso frequente de punições e recompensas e uso da repetição para favorecer a retenção das aprendizagens. (KELLETT, 1987, p. 87).

Esse treinamento militar, com o intuito de desenvolver os padrões de hierarquia e da disciplina, visava a impedir que o soldado seguisse o seu instinto nacional de autopreservação, em face de perigos que o levariam à morte; que se mantivesse a ordem de modo a não haver abuso de poder; e, que controlasse os níveis de agressividade, para que não se desse livre curso às pulsões de morte.

Esse modelo de treinamento funcionava com interface com uma forma de comando e controle de caráter que limitava o exercício da tomada de decisão pelos praças, oficiais subalternos e intermediários, tornando desnecessária a

compreensão mais acurada dos cenários de conflito, além de exaltar uma estrita obediência às ordens emanadas do escalão superior.

A guerra de segunda geração, correspondente à chamada guerra convencional, era marcada também pelo relativo baixo nível tecnológico, o que determinava um padrão disciplinar que não incorporava o treinamento maior da autonomia, própria do exercício de cargos e funções de natureza técnica, em que o militar realiza tomadas de decisão e explicitação de posicionamento pessoal em situações de assessoramento ao comandante, que não compartilha os mesmos conhecimentos técnicos e que depende mais do assessor na definição de linhas de ação do que do militar em cargos e funções de cunho operacional.

A 2ª Guerra mundial (1937-1945) apresentou um modelo híbrido, incluindo formas de atuação militar próprias da guerra da 2ª Geração e da guerra de 3ª Geração.

A guerra da 3ª geração se materializou perfeitamente na *Blitzkrieg* em que “liberdade de ação, iniciativa, flexibilidade de raciocínio, discernimento tático, senso de oportunidade e capacidade de decisão se tornam os atributos mais importantes.” (VISACRO, 2009, p. 38).

Por sua vez, a guerra de 4ª Geração caracteriza-se pela crise do Estado como ator principal dos conflitos armados, uma vez que os oponentes não estatais não usam forças não militares. Outro aspecto determinante é que a decisão do conflito ocorre nos níveis operacional, estratégico, mental e moral, em vez de nos níveis tático e físico. A guerra irregular desponta como a forma de conflito armado mais típica da guerra da 4ª geração, consistindo num conflito “conduzido por uma força que não dispõe de organização formal e, sobretudo, de legitimidade jurídica institucional. Ou seja, é a guerra travada por uma força não regular.” (Ibid., p. 36).

Enquanto Clausewitz falava da necessidade de destruir o poderio militar do inimigo por meio da posse de acidentes capitais, conquista de terreno e destruição de equipamentos militares, na guerra irregular, o foco estava na luta pelo apoio da população, por meio do uso de operações psicológicas e de práticas assistencialistas; estratégias prolongadas, com extensos períodos de inação e não

linearidade (não existiam frentes de batalha, flancos ou retaguarda); difícil detectabilidade da presença; e, a ausência de padrões rígidos de planejamento e execução, adotando-se a missão por finalidade, valorizando a iniciativa, a liberdade de ação e a responsabilidade dos comandantes subordinados.

Este último aspecto sugere que a guerra da 4ª Geração demanda uma forma diferente de treinamento, “pois surgiu uma necessidade urgente de rever conceitos doutrinários, reformular a educação militar, fomentar um novo tipo de liderança.” (Ibid., p. 36).

Essa forma de treinamento, capaz de desenvolver mais autonomia decisória, também nos escalões inferiores, tem implicações diretas nos padrões de hierarquia e de disciplina, o que se nota claramente na subcultura das especializações militares relacionadas às operações especiais, dos Comandos, Forças Especiais e Operações Psicológicas, mais imbricadas à guerra da 4ª geração, em que predominam relações mais horizontalizadas e forte sentimento de pertença a uma comunidade de militares “operacionais”.

Apesar das demandas da guerra da 4ª geração, constata-se que coexistem diferentes tipos de treinamento, em um mesmo exército, com seus respectivos padrões de hierarquia e disciplina.

Com efeito, após a 2ª Guerra Mundial, foram introduzidos no treinamento militar alguns temas táticos, mantendo-se os procedimentos imitativos e de repetição e as formas centralizadas de regulação e comando típicos do treinamento da guerra da 2ª geração ou guerra convencional.

Este fato demonstra o processo complexo e contraditório de estruturação das formas de emprego, de treinamento que a elas correspondem e do hibridismo decorrente dos padrões de hierarquia e disciplina na realização das atividades militares no âmbito da Força Terrestre:

Em termos gerais, podemos afirmar que, atualmente, a esmagadora maioria dos profissionais militares, graças à ortodoxia de sua formação, são soldados de, no máximo, “segunda geração”. Em muitos países exércitos, predomina uma cultura de “terceira geração”, assim como são poucos os exércitos que dispõem, de fato, de unidades vocacionadas a travarem uma guerra de quarta geração, e mesmo assim, representam um segmento minoritário de suas forças armadas. (Ibid., p. 40).

Dessa forma, evidencia-se o fato de que os padrões de hierarquia e disciplina dependem, dentre outros fatores, das formas de emprego que são predominantes na Força Terrestre em um determinado momento histórico, no qual se pesam as diferenças de empregos dos diversos tipos de organizações militares e nos quais algumas podem apresentar formas de atuação militar mais alinhadas com determinadas formas de emprego.

Neste sentido, as novas hipóteses de emprego militar, afins às operações de não guerra e à guerra da 4ª geração, parecem implicar na necessidade de um modelo militar que exige mais capacidades intelectuais do que físicas, em que pode figurar mais facilmente a presença da mulher combatente.

Nessa perspectiva, a categoria de gênero pode problematizar o *modus operandi* da gestão da hierarquia e da disciplina atualmente no Exército, além de pôr em evidência a percepção dos militares a respeito das mudanças nas formas de atuação militar na contemporaneidade.

Neste sentido, se o militar somente considera relevantes as formas de emprego do combate convencional, pode rejeitar a presença das mulheres na linha bélica, que se ocupa diretamente com o combate e que é mais adversa à participação feminina do que as operações de não guerra ou de guerra de 4ª geração. Esta atitude de rejeição à presença feminina pode revelar, portanto, um relativo obsolescimento doutrinário, que demonstra a distância entre os objetivos de nível estratégico estabelecidos nos órgãos de direção geral do Exército e as dinâmicas específicas das organizações militares.

2.5. O gênero na Instituição Militar.

2.5.1. Algumas abordagens sobre a categoria de gênero

Para Scott (1990), a expressão “gênero” é utilizada para designar as relações sociais entre os sexos. Esse uso rejeita, explicitamente, explicações de cunho biológico para considerar os papéis sexuais como um fenômeno de criação inteiramente social de concepções e formas de exercício dos papéis considerados

adequados aos homens e às mulheres, tal como são definidos em uma determinada cultura.

Nessa perspectiva, homens e mulheres sofrem a interferência do processo de socialização, que molda a sua assimilação de motivos, atitudes e comportamentos próprios de seu sexo, porque a sociedade como um todo não só espera que meninos e meninas se comportem de maneira diferente, como também constrói estes modelos de comportamento mediante determinadas práticas sociais, que são transmitidas de uma geração para outra.

As construções de gênero não podem ser consideradas como aspectos estanques, que funcionem isoladamente. Ao contrário, o feminino e o masculino se imbricam estreitamente e se reconfiguram mutuamente de modo dinâmico. O gênero é apreendido aqui, então, como um conjunto de significados de caráter relacional que ultrapassam a oposição binária para incluir, além do feminino e do masculino, o heterossexual, o bissexual e o transexual; todas as configurações simbólicas relacionadas à sexualidade e à gestão dos afetos seriam polos indissociáveis. Em síntese, o gênero se constitui como um constructo complexo, em que, não raro, admitem-se contradições e paradoxos, em que o feminino e o masculino, o heterossexual e o homossexual compõem as interfaces de uma trama única, sem contrapartida biológica que os determine.

Segundo Strathern (2006), o masculino pode ser percebido, contendo o feminino e vice-versa, sem haver nada ambíguo sobre ambos os gêneros; um é uma versão do outro numa “forma diferente”.

Se a relação entre homens e mulheres é concebida como um contraste, qual é a questão do contraste? Que forma de poder é focalizada pelas exclusões e oposições? As análises que lidam com gênero como identidade – com as experiências de homens e mulheres em serem homens e mulheres – tomam as relações entre os sexos como axiomáticas; este é o lugar no qual a masculinidade e a feminilidade se enfrentam (STRATHERN, 2006, p. 45).

Os termos de gênero despontam, então, como categorias vazias e transbordantes: “Vazias porque não têm significado transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas.” (SCOTT, 1995, p. 28).

Eles admitem, ainda, nuances e relações de imbricamento em que o interdito

do ser afirma a diferença em sua plenitude:

(...) a homossexualidade não é abolida, mas sim preservada precisamente na proibição da homossexualidade. Porque a identidade heterossexual se funda no desejo proibido por membros do mesmo sexo, desejar um membro do mesmo sexo em adulto significa pânico de gênero ou colocar em risco uma identidade aparentemente estável revelando o que não é. (ALMEIDA, 2008, p. 10).

É por esta razão que “as identidades hétero muito rígidas ou exageradas são sintomáticas de desejo homossexual repudiado numa cultura da melancolia hétero.” (ALMEIDA, 2008, p.11).

Deste modo, o gênero não é algo que se é, ou seja, ele não é uma espécie de substância a-histórica, que determine, de uma vez por todas, a essência da feminilidade e da masculinidade. As relações entre gêneros variam em conformidade com os tipos de sociedade em que se inserem, assim como às formas de gestão de afetos e de erotismo que a elas se vinculam.

Como consequência, atualmente, por exemplo, declinou-se a vivência pessoal do amor romântico, que influenciou as relações heterossexuais desde o final do século XVIII, e difundiu-se o amor confluyente, que concebe os relacionamentos amorosos como efêmeros, consensuais, e “que transforma a realização do prazer sexual recíproco em um elemento-chave na manutenção ou dissolução do relacionamento.” (GIDDENS, 1993, p. 73).

O gênero se configura tanto na linguagem quanto através dela. Essa é a lição que se extrai a partir da *Linguistic turn*, quando se ultrapassam os termos estritos da dualidade entre sujeito transcendental e objeto para compreender a estruturação da ação humana e dos produtos da cultura como um resultado da apropriação idiossincrásica de aparatos simbólicos, de tal forma que a mensagem depende do meio em que é traduzido, a tal ponto em que ela se torne o próprio meio. Gênero se faz e se diz, pois quem institui seus fatores é o discurso/prática social: “um modo institucionalizado de pensar, uma fronteira social que define o que pode ser dito sobre um determinado tópico.” (ALMEIDA, 2008).³⁹

³⁹ ALMEIDA, M. V. **Do Feminismo à Judith Butler**. In: LE MONDE DIPLOMATIQUE, p. 4.

Nessa perspectiva, o discurso, que se relaciona com os fatores subjetivos e a experiência social, não se remete somente à fala, mas se integra também aos atos, pois não se manifesta somente no que se diz, mas também no que se faz. Assim sendo, gênero é um verbo e não um substantivo, pois o corpo aparentemente natural, como instância biológica, não existe objetivamente, só podendo ser conhecido e concebido por meio da linguagem no discurso, que nomeia e interpela os indivíduos, e por meio da qual eles se descrevem, expressando o que são, modelando sua identidade sexual, a consciência de si mesmo e de seu papel sexual.

O corpo também é transfigurado e fabricado por meio de atos performativos, pois a sua materialidade consubstancia-se no discurso, uma vez que “os corpos nunca são meramente descritos, são sempre constituídos no ato de descrição.” (SCOTT, 1995, p. 9).

Um corpo é configurado e estruturado pelos discursos e práticas sociais que aí inscrevem a sua marca, instilando modos próprios de pensar e de agir: “o corpo feito *habitus*” (BOURDIEU, 1989, p. 65). O corpo é aqui visto como elemento atrelado às condições materiais de existência, que, para as classes populares, é o instrumento de trabalho. E assim sendo, elas orgulham-se porque nunca tiveram de se afastar das atividades de trabalho, ao passo que, para as classes sociais mais privilegiadas, há a valorização dos cuidados de beleza e estrutura física, em detrimento da força física para o trabalho. Segundo Bourdieu (1989, p. 74),

A valorização da força lhes confere uma maior tolerância à dor, eles não admitem, sobretudo, sentirem-se doentes. Certamente, nunca ter sido afastado por doença foi, durante muito tempo, motivo de orgulho e valor respeitado por inúmeros operários.

O discurso de gênero, que inventa o corpo, é móvel, podendo ser deslocado para outras situações, sendo adaptado, modulado, digerido e transfigurado, pois os signos caracterizam-se pela plasticidade e infinitas possibilidades de migração, podendo ser transplantados para contextos inesperados e citados de modos inéditos em apropriações e relocalizações, o que Derrida chama de *citacional grafting*: “todos podem aparecer entre ‘aspas’, como

‘sexo’, citados, enxertados [*grafted*] e reiterados de formas não conformes à intenção original.”⁴⁰

Por esta razão, é preciso rejeitar as oposições binárias entre as diferenças sexuais para traçar o percurso de uma miríade de identidades sexuais construídas umas em relação às outras em atos performativos, na acepção de Austin, que são falas e interações. Deste modo, dispostos em regime de oposição, superposição e complementaridade, os atos performativos de gênero avançam ou estagnam no fluxo ininterrupto da História, relacionados a fatores religiosos, econômicos, políticos e educacionais, em que um aspecto específico, como a difusão do *ethos* democrático na organização política ou econômica, ou a invenção de um método anticoncepcional eficaz pode favorecer uma inflexão decisiva de significados e práticas sociais, distanciando, opondo ou diferenciando homens e mulheres.

É preciso abordar o gênero como uma realidade instável e componente inscrito em um complexo e multifacetado campo de forças, realizando a desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual e ultrapassando o enfoque feminista, que tem sido sempre uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre feminino e masculino, que é própria do Patriarcado. Nesta perspectiva, superar o enfoque feminista implica na constituição de uma genealogia do feminino e do masculino, que supere as dicotomias simplistas.

Com efeito, esse enfoque tem absolutizado e denunciado a situação da opressão do homem sobre a mulher. Esta postura é explicável, uma vez que a este grupo foi negligenciado, por muito tempo, o direito de participação em diferentes instâncias, posto que não eram percebidas como sujeitos de direito, com voz e vez nas questões da vida familiar, social e política:

Mulheres vociferantes, megeras a partir do momento em que abrem a boca, histéricas do momento em que gesticulam. A visão que se tem das mulheres funciona como um indicador: elas são consideradas raramente por si mesmas, mas com frequência como sintomas de febre ou de abatimento (PERROT, 1989, p.35).

⁴⁰ALMEIDA, M. V. **Do Feminismo à Judith Butler**. In: LE MONDE DIPLOMATIQUE, p. 9.

Nesta perspectiva, cabe destacar o posicionamento de Beauvoir sobre as condições de inferioridade da mulher, mantidas em uma situação de inferioridade pelos homens - o que ainda perdura:

Encontra-se esse círculo vicioso em todas as circunstâncias análogas: quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos é mantido numa situação de inferioridade, ele é de fato inferior; mas é sobre o alcance da palavra que precisamos entender-nos; a má fé consiste em dar-lhe um valor substancial quando tem o sentido dinâmico hegeliano: ser é ter-se tornado, é ter sido feito tal qual se manifesta. Sim, as mulheres, em seu conjunto, são hoje inferiores aos homens, isto é, sua situação oferece-lhes possibilidades menores: o problema consiste em saber se esse estado de coisas deve perpetuar-se. (BEAUVOIR, 1963, p.18)

Segundo Beauvoir, a mulher, na história da humanidade, já teria protagonizado um papel social relevante, principalmente nas comunidades primitivas. Com a divisão social do trabalho, coube à mulher, na maioria das sociedades, o desempenho de determinadas funções. Nesse processo de diferenciação dos sexos, que corresponde à diferenciação (e hierarquização) de funções, a mulher:

Não é senão o que o homem decide que seja: daí dizer-se o “sexo” para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o sujeito, o absoluto; ela é o Outro. (Ibid., p. 21).

‘ Dentro dessa perspectiva de subordinação das mulheres que se inscreve nos vetores mais influentes da cultura ocidental, Beauvoir ressalta que:

O que se procurou infatigavelmente provar foi que a mulher é superior, inferior ou igual ao homem. Criada depois de Adão é, evidentemente, um ser secundário, dizem uns; ao contrário, dizem outros, Adão era apenas um esboço e Deus alcançou a perfeição do ser humano quando criou Eva; seu cérebro é o menor, mas é relativamente o maior; e se Cristo se fez homem foi possivelmente por humildade. Cada argumento sugere imediatamente seu contrário e não raro ambos são falhos... Se quisermos ver com clareza devemos sair desses trilhos; precisamos recusar as noções vagas de superioridade, inferioridade, igualdade que desvirtuaram todas as discussões e reiniciar do começo. (Idem)

Bourdieu também apoia esta concepção androcêntrica e, em certo sentido, eurocêntrica, quando afirma a dominação do princípio masculino (ativo) sobre o princípio feminino (passivo), sem necessidade de coerção física, graças à economia de trocas simbólicas que ocorre na construção social das relações de parentesco e de casamento, em que determina para as mulheres o seu estatuto

social de objeto de troca definido, segundo os interesses masculinos, como destinadas a contribuir para a reprodução do capital simbólico dos homens.

Nesta perspectiva, Bourdieu (2002) faz uma crítica da vocação determinada segundo o sexo, quando se associa determinadas tarefas às mulheres, pois são atribuídas a elas virtudes como submissão e gentileza. Por isso, foi uma luta histórica para as mulheres terem suas qualificações profissionais devidamente reconhecidas:

Uma corrida de obstáculos em que as mulheres jamais eliminam seu *handicap* – possuir um grande capital cultural não basta por si só para dar acesso às condições de uma verdadeira autonomia econômica e cultural, não é suficiente por si mesma para permitir que a mulher se livre das pressões do modelo dominante, que pode continuar a povoar os *habitus* masculinos e femininos (BOURDIEU, 2002, p. 77).

E são as instituições que ajudam nessa perpetuação de *habitus* automaticamente diferenciados e diferenciadores entre os sexos: pior, ensinam essa diferenciação por meio da educação formal e informal.

Segundo Bourdieu (2002), o *habitus* se perpetua e se incorpora às relações sociais, inclusive pelos próprios dominados (violência invisível). Nesse tipo de violência, as próprias vítimas não se dão conta de que estão perpetuando expectativas que já se esperam de determinado sexo. Muitas vezes, o dominado quer se tornar dominante pelo mesmo ponto de vista, não por aquilo que o diferencia, o que a princípio quer afastar, acaba por incorporar de modo inconsciente, discriminando, por sua vez, outros indivíduos.

Bourdieu (2002, p.8) fala então sobre a construção social dos corpos e revela que a divisão entre os sexos está presente em estado objetivado, nas coisas e instituições, assim como em estado incorporado nos corpos e *habitus* dos agentes, muitas vezes legitimando discursos e representações sexistas. Existem “expectativas coletivas”, ou seja, coisas a serem feitas ou não segundo o sexo, e que se inscrevem nos corpos sob forma de disposições permanentes. O autor chega a dizer que essas expectativas transcendem o tempo e os tipos de sociedade, estando sempre presentes mesmo que de diferentes formas.

As pesquisas históricas têm demonstrado os equívocos desta abordagem redutora que denuncia a opressão eterna do homem sobre a mulher, sem nuances nem contradições.

Têm sido realizados estudos das representações imagéticas e verbais sobre o poder das mulheres que desmistificam a falsa visão da mulher oprimida, em que há sociedades com repartições relativamente equilibradas, tarefas e espaços, mais complementares do que concorrentes. Em outros casos, descortinam-se os poderes informais das mulheres que controlam de fato a parte mais importante dos recursos e das decisões.

Constata-se, de fato, que o desenvolvimento das cidades e das atividades comerciais desde a Renascença (séculos XIV-XVI) incrementou a vida pública, ensejando o relativo encapsulamento da presença feminina no ambiente doméstico: “esboça-se um triplo movimento no século XIX: relativo retraimento das mulheres em relação ao espaço público; constituição de um espaço privado familiar predominantemente feminino.” (PERROT, 1998, p. 179).

Mas os espaços públicos não se restringem à realização da política, destacando-se a participação feminina em atividades culturais, religiosas ou de cuidados com a saúde. Por outro lado, os espaços domésticos apresentam zonas ou fronteiras adstritas ao poder masculino, como o gabinete de trabalho, com ingerências masculinas na criação dos filhos, no exercício dos direitos de herança e na realização de atividades comerciais com os bens de família.

Neste sentido, o enfoque feminista não tem explicado de modo adequado as situações de gênero específicas de sociedades, culturas e estratos sociais.

Na verdade, a perspectiva feminista tem a ver, também, com a universalização redutora e eurocêntrica dos termos de subordinação das mulheres aos homens em que o gênero figura como um “modelo de como as desigualdades entre os sexos figuram e podem ser entendidas como desigualdades estruturais que organizam uma determinada sociedade.” (HEILBORN, 1999, p. 25).

Essa também tem sido a limitação dos estudos de gênero no enfoque marxista, pois as categorias centradas no processo de produção, trabalho e classes sociais são androcêntricas e se restringiram a estabelecer relações entre a família,

o trabalho e a política a partir das categorias de gênero sem contribuir para dar conta destas no interior das outras instituições sociais. (Ibid., p. 22)

Este enfoque tem se mostrado inadequado também quando estendido a pessoas e a processos de construção não ocidentais, evidenciando as limitações do gênero como idioma estruturante das relações sociais. Nesse sentido, tem sido analisado que as categorias sexuais da cultura melanésia não seriam unívocas, nem funcionariam por meio de relações de submissão e domínio unilateral, pois as pessoas seriam andróginas, em permanente vir a ser. (BUTLER apud HEILBORN, 1999, p.14).

Esta perspectiva foi, em parte, impulsionada por movimentos sociais de afirmação identitária, que começaram a colocar em questão a relação entre a construção cultural e a diferença anatômica, que passou a ser desnaturalizada, considerando-se a visão feminista como essencialista, centrada numa concepção universalista do instinto e/ou desejo sexual. Para tal, contribuíram também, a partir da década de 1980, os *Gay and Lesbian Studies* e a *Queer Theory*, que questionaram a relação entre o plano corpóreo e a identidade de gênero. Essa nova maneira de perceber o gênero e a sexualidade tem a ver também com um repensamento do conjunto da teoria social em que “a trajetória dos embates revela a qualidade heurística do conceito no sentido de propor-se a criticar/superar dualidades que caracterizam a tradição ocidental e a própria teoria sociológica mais geral.” (ROSALDO, 1980, p. 176 apud HEILBORN, 1999, p. 17).

A oposição binária entre masculino e feminino teria sido inventada pela sociedade e pela cultura. Essa é a lição que nos concede a perspectiva desconstrucionista aplicada aos estudos de gênero. Na sociedade ocidental, a partir do século XVIII, os gêneros foram considerados irreduzíveis, opostos e incomensuráveis, articulando-se, de algum modo, às categorias de vida pública e vida privada em que se cinde a experiência social com o advento do Liberalismo político, segundo o qual “era necessário buscar na natureza a base para a introdução de uma desigualdade” (LANQUEUR, 1990 apud HEILBORN, 1999, p. 15).

Essas abordagens de cunho desconstrucionistas contestam, portanto, a narrativa feminista ou marxista do predomínio irrestrito ascendente ou descendente do Patriarcado ou do Matriarcado.

O gênero pode então revelar as relações de poder, mas sem inversões simplistas sobre quem domina quem, para analisar como a categoria de gênero pode ser engendrada e limitada por diversas estruturas de poder, que são complexas e multifacetadas, de tal forma que não se pode propor uma solução simplista de cunho emancipatório, no sentido de liberar as mulheres de condições imemoriais de opressão, nem reduzir os estudos de gênero ao resgate exclusivo de um olhar feminino sobre a sociedade e sobre a História.

Nesse sentido, a categoria de gênero pode revelar aspectos insuspeitos da sociedade, quando percebe os papéis sociais e as representações relacionadas aos sexos como um elemento constitutivo destas relações sociais, que permeiam a organização política e econômica, as formas de gerir os espaços educativos e a atividade religiosa, sem determiná-las efetivamente, entrelaçando-se a significados diversos, potencializando ou arrefecendo representações e práticas sociais específicas.

Gênero aqui não é, portanto, apreendido como monocausalidade redutora. Ao contrário, pode ser considerado como uma categoria heurística que evita a causalidade universal e que busca explicações significativas dos fenômenos sociais a partir da consideração de outras variáveis que interferem na organização social e na cultura.

A abordagem de gênero deve servir, portanto, para caracterizar as razões pelas quais as relações entre os sexos são construídas e porque se modificam, a partir de uma diversidade de fatores de ordem econômica e política. Deve servir também para rastrear as implicações, em diversos quadrantes da vida social, das representações e das práticas sociais de gênero.

Nesta perspectiva, Nathalie Davis mostrou como o conceito de masculino e feminino eram vinculados a percepções e críticas das regras de ordem social no primeiro período da França Moderna (séculos XIV-XVIII), assim como Bourdieu mostrou que em certas culturas a exploração agrícola era organizada segundo

conceitos de tempo e de estação que se baseavam em definições específicas de feminino e masculino.

Se as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, a mudança social pode ser desencadeada a partir de transtornos políticos de massa que coloquem as ordens antigas em causa e engendrem novas estruturas, que influenciem os termos de gênero e as práticas decorrentes. Do mesmo modo, noções antigas de gênero serviram para validar novos regimes como o nazifascismo, enquanto crises demográficas causadas pela fome e peste e guerras colocaram eventualmente em questão as concepções relacionadas ao casamento heterossexual.

Estas representações e práticas relativas ao gênero podem transbordar nas doutrinas religiosas, educativas e jurídicas, materializando-se em ações individuais ou institucionais, ou não; podem ser alteradas por conjunturas históricas, de maior amplitude e duração, ou por eventos pontuais. Nesse sentido, trata-se aqui de explodir a noção de fixidade, para descobrir a natureza do debate ou da repressão que aparece como a permanência eterna na representação binária dos gêneros.

É pertinente, nesta perspectiva, considerar que a sociedade funciona como um campo de forças, na acepção foucaultiana, como constelação de relações desiguais de poder, que permeiam os discursos e as práticas sociais, indissociáveis de movimentos simultâneos de resistência, tendo engastadas as estruturas de poder e persistência em uma arquitetura móvel cindida em planos diversos, que se deslocam e se embaralham sem cessar. Esse campo de forças se manifesta como fala, silêncio, gesto, rito, em contextos de uso e de circulação em que são apropriados, ressignificados e impulsionados a seguir adiante, ou estagnados, paralisados, esfacelados, carcomidos, fossilizados.

Deste modo, o gênero se constitui como um meio de esclarecer as relações complexas entre as diversas formas de interação humana, para caracterizar como o gênero legitima e constrói as relações sociais, em contextos específicos e para saber como “a política constrói o gênero e o gênero constrói a política”:⁴¹

⁴¹ SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. p. 23.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição homem/mulher e fundamenta ao mesmo tempo o seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa, fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se ambos, partes do sentido do próprio poder. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro (SCOTT, 1990, p.12).

Deste modo, o enfoque do gênero deve não só incluir mas ultrapassar a análise das relações de parentesco e da vida privada, para alcançar as realidades do mundo do trabalho, da vida pública, das instituições educativas, e, finalmente, os fenômenos da constituição das identidades subjetivas, que são imantadas dos efeitos dos campos de força em que se distribui a experiência humana, urdindo uma disciplina específica de afetos, de imagens de si, de modos de representar e usar o próprio corpo.

Além disso, o enfoque do gênero pode revelar o fenômeno complexo da construção das identidades femininas em contextos sociais específicos (KNIJNIK, 2010). Por exemplo, as identidades femininas de atletas são colocadas em dúvida quando desestabilizam a imagem esperada de um corpo feminino, ou seja, pela aparência corporal se avalia o quanto feminina é uma mulher ou uma determinada prática. Esses discursos se apoiam na heterossexualidade e na maternidade como norma para todas as mulheres, criando estereótipos e dificultando em certa medida a participação das mulheres em determinadas atividades sociais dominadas pelos homens, o que remete o gênero às formas de exercício do poder masculino em diversos quadrantes da vida social.

Na verdade, a categoria de gênero pode servir para esclarecer aspectos insuspeitos das relações de poder, que se materializam em seres a que se atribui uma natureza sexual específica, com características peculiares em sua corporeidade que é física, subjetiva e intersubjetiva.

Seria melhor dizer, então, que o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado, desde os tempos mais antigos às sociedades modernas de base capitalista, o que inclui espaços institucionais diversos, tais como as instituições profissionais públicas, privadas, religiosas ou laicas. E que também permeia e influencia as formas de funcionamento das instituições militares, que despontam também como palco ou arena de conflito e

negociação instável, que se relaciona com outras instâncias de poder social. O uso criterioso da categoria de gênero pode, então, revelar diversos aspectos da organização militar, as formas de gestão autocrata ou consensuais da chefia e de liderança, as formas de emprego de quadros, armas e serviços, o nível de difusão da tecnologia nas práticas institucionais e no *ethos* da instituição militar.

A utilização das categorias de gênero pode revelar também os processos de mudanças endógenas ou exógenas à instituição militar, nas formas de emprego, ou no material de emprego tecnológico, além dos processos de resistência à mudança, podendo prolongar-se, por exemplo, a defesa, pelos atores institucionais, de formas de emprego próprias da guerra convencional menos permeável a inserção da presença feminina.

Uma característica marcante do exército contemporâneo que se estabelece após o fim da Guerra Fria (1989) é a exigência, para a instituição militar, sob a égide do controle civil, de se adequar aos imperativos das políticas de ação afirmativa, no sentido de remover os obstáculos institucionais e legais ao exercício pleno de direitos por minorias excluídas, o que inclui o seu acesso à carreira militar.

As políticas de ação afirmativas são vinculadas ao ideário pós-moderno, mas têm a ver também com premissas do Liberalismo político e do Estado democrático de direito, que se centram na tese de um sujeito universal, portador de direitos imanentes:

A ação afirmativa tem como premissa o indivíduo abstrato e a ficção de sua universalidade. Ela tentou preencher a lacuna entre o legal e o social, os direitos dos indivíduos e os limites postos sobre eles por causa de sua suposta pertença a um grupo. (SCOTT, 2005, p. 24)

Além da influência das políticas de ação afirmativa, Lannes (2008) considera que a entrada das mulheres no Exército teve como objetivo suprir as demandas maiores das áreas técnicas e administrativas. Com efeito, é nesse exército profissional, de administração mais racional, voltada para a otimização de resultados, baseado nos princípios de administração científica, com interface para as diversas áreas do conhecimento acadêmico, que se torna pertinente postular o ingresso da mulher na carreira militar.

2.5.2.

A presença da mulher no Exército nos países ocidentais

Apesar da participação feminina a partir da 1ª Guerra Mundial (1914-1918), a inserção da mulher nos quadros técnicos e como combatentes dos exércitos ocidentais, foi recente e com graus diferenciados de avanço, encaminhando-se, como tendência geral, para a aceitação da participação feminina nas atividades diretamente relacionadas ao combate.

No Canadá, em 2000, as mulheres eram 6.663 (10,8% do efetivo total). A presença feminina data de 1899, quando foi criado o primeiro corpo de enfermeiras militares do Canadá. As restrições a determinadas especialidades foram eliminadas na década de 1980, à exceção do serviço em submarinos.

Na Dinamarca, a participação feminina, ainda que restrita, existe desde 1971. Em 1974, abriram-se as portas das academias militares, mas continuou fechada a participação em missões de combate. Na década de 1990, estas restrições foram abolidas.

Na Espanha, por exemplo, a legislação sobre mulheres data de 1988. Não havia reservas a postos e funções, inclusive aos de combate. Só havia restrições para o ingresso nas unidades da legião, de paraquedistas de operações especiais, de fuzileiros e de tripulação de submarinos.

Nos EUA, mais de 40 mil mulheres participaram na guerra do Golfo, 7% dos efetivos totais em ação. Essa participação conduziu ao desaparecimento da maioria das barreiras, embora, ainda em 1995, houvesse restrições em unidades de infantaria, blindados, artilharia de campo, forças especiais e regimento de infantaria dos Fuzileiros Navais.

As mulheres não podiam pertencer a unidades de combate por terra segundo regras estabelecidas pelo Pentágono há mais de uma década, e só podiam servir em navios de guerra e em ataques aéreos, salvo no Afeganistão e no Iraque, onde a ausência de uma linha de frente mais evidente fez com que os soldados mulheres fossem para a linha de fogo. Deste modo, nos EUA, foram 150.000 mulheres alistadas desde 2002. Três delas morreram e mais de 500 foram feridas no Iraque e no Afeganistão. Neste sentido, foi anunciada, no início de 2012, uma alteração da política de recrutamento de mulheres para o Exército norte-americano

para inseri-las na frente de combate, que será testada em nove brigadas antes de ser generalizada no restante da Força Terrestre.

Embora a presença da mulher na linha de frente do combate já seja uma realidade em alguns países, como é o caso de Israel, onde a mulher foi inserida também como combatente, não foi esse o estatuto da mulher no Exército nos países da América Latina, onde ficou restrita ao suporte técnico às atividades de combate e em níveis distintos de acesso aos escalões superiores, como se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 1: Dados Comparativos da Incorporação feminina às Forças Armadas no Mercosul ampliado.

	Quando aconteceu a incorporação?	Tem acesso às Armas combatentes?	Tem acesso ao Oficialato Superior? Em quais Forças?	Por meio de qual força foi feita a incorporação?	Qual o tempo transcorrido entre a primeira Força a incorporar e a incorporação integral?
Argentina	1980	Não	Em todas as Forças	Força Aérea	2 anos (1)
Brasil	1980	Não	Na Força Aérea (2)	Marinha	12 anos
Paraguai	1999	Não	No Exército (3)	Exército	Não houve
Uruguai	1998	Sim	Em todas as Forças	Exército	3 anos
Bolívia	1981-85/2003 (4)	Não	Exército	Exército	Não houve incorporação
Chile	1995	Sim	Força Aérea	Exército	7 anos

Fonte: Comandos das Forças singulares dos países citados.

(1) Em 1960 foi criado um corpo feminino, mas seus quadros não pertenciam ao Exército. A incorporação aos quadros de comando iniciou-se em 1997 e se completou em 2001. Para Argentina, a fonte utilizada foi DONADIO, M. **La incorporación de la mujer en las Fuerzas Armadas de Argentina.** Texto apresentado no XXV Congresso da LASA. Las Vegas, out./2004.

(2) Essa incorporação foi feita por medida judicial, isto é, as cadetes da Academia da Força Aérea pediram na justiça a sua incorporação ao mais alto posto da Força.

(3) As mulheres foram incorporadas ao Exército como quadro complementar, isto é, elas ingressam como profissionais universitárias e, por isso, não puderam ascender ao oficialato superior. A partir de 2003, as mulheres foram admitidas na academia militar como cadetes. Assim, por hipótese, essas cadetes podem chegar a postos de comando. Todavia, essa promoção não foi regulamentada.

(4) Na Bolívia não há incorporação feminina legalizada. Por determinação do Executivo, abrem-se vagas no Colégio Militar para mulheres quando o ministro, em conjunto com o presidente, decide que deve fazê-lo. Quando elas entram, lhes é permitido ascender ao mais alto posto da hierarquia no Exército. Nas demais Forças, não se processou a incorporação.

2.5.3.

A presença da mulher no Exército brasileiro

No Brasil, ironicamente, a primeira participação de uma mulher em combate ocorreu, de forma incidental, em 1823, quando Maria Quitéria de Jesus lutou pela manutenção da independência do Brasil, sendo considerada a primeira mulher a assentar praça em uma unidade militar.

Entretanto, somente em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial (1938-1945), que as mulheres oficialmente ingressaram no Exército brasileiro no Serviço de Saúde. Foram então enviadas 73 enfermeiras, das quais 67 eram hospitalares e seis, especialistas em transporte aéreo. Elas serviram em quatro diferentes hospitais do Exército norte-americano, voluntariadas para a missão.

Após a 2ª Guerra, assim como o restante da Força Expedicionária Brasileira (FEB), as enfermeiras, em sua maioria foram condecoradas, ganharam a patente de oficial e foram licenciadas do serviço ativo militar.

No Pós-Guerra, os procedimentos para o recrutamento militar feminino no Brasil reproduziram o processo adotado no resto da América Latina. Iniciaram-se, ao longo dos anos 1980, inserindo as mulheres em quadros complementares das Forças, nos quais elas desempenharam funções de menor prestígio na Instituição

militar, não ligadas diretamente ao combate, como os cargos de administração, ensino e saúde.

Deste modo, em 1992, a Escola de Administração do Exército (Salvador, BA) matriculou a primeira turma de 49 mulheres, mediante a realização de concurso público. E, em 1996, Maria Quitéria de Jesus, a Paladina de Independência, foi reconhecida, nas fileiras do Exército, como Patrono do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro.

Durante a realização do curso da EsAEx, todos os alunos, homens e mulheres, receberam a mesma instrução básica, com marchas a pé e motorizadas, acampamentos, tiro real, jogos de guerra em computador e manobras logísticas. As adaptações físicas da Escola se limitaram às instalações sanitárias, com a construção de banheiros e vestiários privativos.

As funções que seriam exercidas por elas eram voltadas para o exercício do magistério e da administração. Neste primeiro momento, muitos aspectos relativos ao desempenho das atividades das futuras oficiais não tinham sido normatizados, nem haviam sido objeto de qualquer estudo.

Desta forma, as oficiais que haviam recém-ingressado nas organizações militares sofreram com a falta de condições adequadas uma vez que não existiam alojamentos próprios e mesmo os banheiros eram destinados somente aos homens.

Hoje já são 2.170 oficiais mulheres no serviço ativo do Quadro Complementar de Oficiais.

Em 1996, o Exército instituiu o Serviço Militar Feminino Voluntário para Médicas, Dentistas, Farmacêuticas, Veterinárias e Enfermeiras de nível superior (MFDV). Naquela oportunidade, incorporou a primeira turma de 290 mulheres voluntárias o prestarem o serviço militar na área de saúde. Essa incorporação ocorreu em todas as doze Regiões Militares do País.

Em 1997, o Instituto Militar de Engenharia, o IME (Rio de Janeiro, RJ), matriculou a primeira turma de 10 mulheres alunas a serem incluídas no Quadro de Engenheiros Militares (QEM). A Escola de Saúde do Exército, a EsSEx (Rio de Janeiro, RJ) matriculou e formou, no mesmo ano, a primeira turma de oficiais

médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras de nível superior no Quadro de Saúde do Exército.

Em 1998, o Exército instituiu o Estágio de Serviço Técnico, para profissionais de nível superior que não fossem da área de saúde. Naquela oportunidade, incorporou a primeira turma de 519 mulheres advogadas, administradoras de empresas, contadoras, professoras, analistas de sistemas, engenheiras, arquitetas, jornalistas, e profissionais de outras áreas de ciências humanas e exatas, atendendo às necessidades de Oficial Técnico Temporário (OTT) da Instituição.

A Escola de Saúde do Exército, em 2001, permitiu a inscrição de mulheres para participar do concurso público para o preenchimento de vagas no Curso de Sargento de Saúde que passou a funcionar em 2002.

A situação atual da mulher no Exército é a seguinte: de acordo com a Constituição brasileira, as mulheres são isentas do Serviço Militar, com exceção da área de combate, isto é, não há restrições na carreira militar para as mulheres.

O Exército brasileiro não teria criado um “quadro feminino”, pois as mulheres passaram a integrar funções já existentes, trabalhando nas mesmas condições dos oficiais do sexo masculino e concorrendo igualmente às promoções.

Mas o que leva uma mulher a ingressar na carreira militar? Para o Exército, os motivos são a vocação pela carreira, o respeito e organização por parte da instituição, a perspectiva de ascensão profissional, a estabilidade e uma alternativa profissional promissora.

Embora haja mulheres combatentes em polícias militares no País, no Exército, o segmento feminino se restringe a 6.700 de seus 200 mil integrantes, representando apenas 3,35% do total. Trata-se, portanto, de uma carreira esmagadoramente masculina. Como comparação, o Exército dos Estados Unidos, por exemplo, tem 14% de mulheres, o quádruplo, proporcionalmente.

No Brasil, no contexto de um governo marcado por uma orientação ideológica favorável às políticas de ação afirmativa, o que inclui o gênero, estabelecido a partir de 2000, as mulheres tiveram o seu direito de ingresso à

carreira militar sob a Lei nº12705, de 08 de agosto de 2012, em condições e níveis de acesso a serem determinados pelas Forças Armadas.

Dois artigos incluídos pelos militares na lei foram vetados pela presidenta Dilma. Um que impedia a entrada de mulheres casadas, com união estável ou dependentes, e outro que impedia candidatas com tatuagens que, por “suas dimensões ou natureza, prejudiquem a camuflagem e comprometam as operações militares”.

A intenção inicial da presidenta Dilma Roussef era implantar o plano imediatamente, mas foi convencida do contrário devido à apreensão dos militares, que alegaram a necessidade de uma preparação mínima em termos de infraestrutura e de realização de estudos de caráter interdisciplinar que respaldem as decisões quanto aos modos de implementação. O Alto Comando do Exército conseguiu então um prazo de até cinco anos para executar a lei, que pode vir a ser antecipado.

Apesar de não declarado oficialmente, ainda persistem na caserna muitas resistências internas e muitas incertezas na Força Terrestre em relação à mudança, que se confronta com tabus multisseculares na Instituição militar.

O Exército alega que precisa de tempo para estudar as adaptações necessárias, nos aspectos curriculares e estruturais, relacionados às instalações, equipamentos, uniformes e aparato jurídico. Além disso, ele ainda não sabe quantas vagas, quando elas serão criadas para as mulheres, nem a data precisa. Tampouco se decidiu ainda se elas vão entrar em todas as Armas, quadros ou serviços ou se haverá um período de transição com incorporação gradual.